

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LÍNGUA E LITERATURA VERNÁCULAS

OS MODAIS PODER E DEVER - CRITÉRIOS DE AUXILIARIDADE

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA À UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA
CATARINA PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM LETRAS

INGO BURCKHARDT

ABRIL DE 1977.

ESTA DISSERTAÇÃO FOI JULGADA ADEQUADA PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO
DE

MESTRE EM LETRAS
ESPECIALIDADE LINGUÍSTICA E APROVADA EM SUA FORMA FINAL PELO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO.

PROFA. SOLANGE DE AZAMBUJA LIRA
Orientadora

PROFA. DOLORES SIMÕES DE ALMEIDA
Integradora do Curso

APRESENTADA PERANTE A BANCA EXAMINADORA COMPOSTA DOS
PROFESSORES †

ADS MEUS PAIS

ESPOSA

FILHO

AGRADECIMENTOS

À UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA.

À PROFESSORA SOLANGE DE AZAMBUJA LIRA - ORIENTADORA.

AOS PROFESSORES PAULINO VANDRESEN, HILÁRIO I. BOHN
E TERESINHA OENNING MICHELS.

AOS COLEGAS JOSÉ CAMPESTRINI E DEMERVAL MAFRA.



AOS AMIGOS DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL ALTO VALE DO RIO DO
PEIXE - FEARPE.

A TODOS QUE ME AUXILIARAM NA REALIZAÇÃO DESTE TRABALHO.

SUMÁRIO

<u>Introdução</u>1
<u>1. Pressuposições</u>3
1.1. Delimitações	13
<u>2. Resenha Bibliográfica</u>	16
2.1. As Gramáticas Tradicionais e os Modais	16
2.2. Os Trabalhos Lingüísticos e os Modais.	19
2.2.1. Consideração dos Modais como Auxiliares	19
2.2.2. Consideração dos Modais como Verbos Principais.	21
2.2.3. Outros Trabalhos Lingüísticos	27
2.3. Os Trabalhos Lingüísticos e os Modais no Português	29
<u>3. Os Auxiliares Modais Poder e Dever</u>	38
3.1. Critérios de Auxiliaridade de Poder e Dever.	38
3.1.1. Colocação antes de Infinitivo	38
3.1.2. Uso do verbo com o Complementizador que	40
3.1.3. Admissão de LN-sujeito Diferente para o Modal e o Infinitivo.	41
3.1.4. Emprego do Subjuntivo	41
3.1.5. Emprego dos Clíticos	42
3.1.6. Substituição do Auxiliado por um Pronome.	47
3.1.7. O Pronome <u>Q</u> como Pro-S.	52
3.1.8. A Negativização	54
3.1.9. A Passivação	60
3.2. Alguns Problemas Teóricos Surgidos até aqui.	62
3.2.1. Reavaliação dos Critérios Empregados.	62
3.2.2. Os Significados Básicos e os Significados Secundá - rios de Poder e Dever	68
3.2.3. Alteração da Regra do Auxiliar.	70
<u>4. Conclusão</u>	82
<u>Bibliografia</u>	83
ANEXO I	89
ANEXO II.	92

SIMBOLOGIA

Aux	Auxiliar
Inf.	Infinitivo
LN	Locução Nominal
LPred	Locução Predicativa
LV	Locução Verbal
M	Modal
N	Nome
PP	Particípio
Progr.	Progressivo
S	Sentença
SC	Símbolo Complexo
Te	Tempo
V	Verbo
∅	Zero
+	Concatenação
	Sinal de Reescritura
()	Elemento opcional dentro da regra.
	Abreviação de regras ou sentenças parcialmente iguais.
?	Sentenças duvidosas quanto à gramaticalidade.
*	Sentenças Agramaticais.

OBS: O termo Oração, que às vezes aparece no trabalho, equivale a Sentença.

RESUMO

Nesta dissertação tentamos analisar os verbos poder e dever, tentando demonstrar que eles são auxiliares no português.

Tomamos como base a teoria exposta por Chomsky numa série de trabalhos, especialmente os mais recentes, sobre a EST - Extended Standard Theory.

No primeiro capítulo procuramos apresentar a metodologia seguida no trabalho. Apresentamos resumidamente o método de trabalho dentro das gramáticas tradicionais e da lingüística estrutural, como também apresentamos os motivos por que não fazemos uso dessas metodologias. Em seguida expomos a teoria da gramática gerativo-transformacional, bem como as duas correntes dentro dessa escola lingüística: a teoria standard (ampliada) e a semântica gerativa.

No segundo capítulo analisamos uma série de trabalhos que se ocupam do estudo dos modais, no português e em outras línguas. Procuramos contestar as idéias apresentadas em alguns desses trabalhos, mostrando sua fraqueza explanatória.

No terceiro capítulo apresentamos uma série de critérios sintáticos, demonstrando que poder e dever são auxiliares.

No final do terceiro capítulo, tentamos solucionar alguns dos problemas levantados com a discussão da auxiliaridade de poder e dever no mesmo capítulo. Fazemos uma reavaliação dos critérios empregados. Propomos alguns outros trabalhos. Propomos, ainda uma alternativa de reescritura do auxiliar no português, partindo da regra proposta por Chomsky em vários trabalhos.

ABSTRACT

This thesis is an attempt to analyze the verbs Poder and Dever, trying to show that they are auxiliary verbs in Portuguese.

The basis is Chomsky's theory on EST - Extended Standard Theory - defended in a series of works, especially those more up-to-date ones.

In the first chapter we present the methodology adopted in this work. We briefly expose the method of research both within the traditional grammars and the structural linguistics, giving the reasons why we do not follow these methodologies. Thereafter we reveal the theory of the generative-transformational grammar and the two trends within this linguistic school : the (Extended) Standard Theory and the generative semantics.

In the second chapter we analyze various works dealing with the study of modals both in Portuguese and in other languages. We oppose the ideas of some of these works, showing their explanatory weaknesses.

The third chapter includes a series of syntactic criteria, demonstrating that Poder and Dever are auxiliaries.

Finally, the third chapter is concerned with the solution of some of the problems derived from the discussion of the "auxiliarity" of Poder and Dever in the same chapter. We reexamine the criteria adopted and suggest some other researches. Moreover, we advocate a rewriting alternative for the auxiliary in Portuguese, evolved from the rule proposed by Chomsky in various works.

INTRODUÇÃO

Os estudos lingüísticos, inclusive para a obtenção de melhores resultados no ensino e aprendizagem da língua, estão ainda em grande falta no Brasil. Há necessidade, portanto, de se tentar análises do português que possam fornecer dados a serem aplicados posteriormente no ensino da língua. Tendo em vista este problema, propusemo-nos a fazer um estudo que pudesse ser aproveitado futuramente para tal fim.

Procuramos, neste trabalho, argumentar a favor da condição de poder e dever serem sempre auxiliares-modais no português, demonstrando, através de uma série de critérios sintáticos, a assertiva dessa nossa suposição. Ao mesmo tempo tentamos apresentar uma análise alternativa que dê conta de problemas do português como em sentenças do tipo:

- (1) Pedro pode ter estado jogando futebol.
- (2) Pedro deve ter estado jogando futebol.

em que o auxiliar segue a reescritura apresentada por Chomsky em "Syntactic Structures", "Aspects of the Theory of Syntax" e outros trabalhos.

A análise alternativa daria conta, principalmente, de sentenças como (3) e (4), possíveis em português.

- (3) Pedro tem estado podendo jogar futebol.
- (4) Pedro tem estado devendo jogar futebol.

Nestas sentenças não se segue a regra proposta por Chomsky.

Esta análise alternativa, mesmo que não seja a mais correta, poderá, no entanto, oferecer dados para futuros trabalhos sobre o assunto.

O trabalho visa um levantamento teórico e posterior discussão do problema da auxiliaridade de poder e dever, não levando em conta a sua aplicação prática no ensino da língua.

A questão do auxiliar ainda nos parece um tema relativamente central para a discussão de uma série de outros problemas, como a nominalização, a negativização, a apassivação e a pronominalização. Daí a sua discussão aqui.

Optamos, no trabalho, pela teoria exposta por Chomsky em vários trabalhos: a EST, isto é, a teoria standard ampliada (Extended Standard Theory). Serve-nos, também, a teoria exposta por Jackendoff em "Semantic Interpretation in Generative Grammar" (1972), em que o autor segue a mesma linha de Chomsky.

No final do trabalho tentamos, ainda, apresentar um problema relacionado com tempo e aspecto nos verbos em português, propondo uma análise alternativa para dar conta deste caso.

Em resumo, procuramos:

- demonstrar que poder e dever sempre são auxiliares-modais;
- demonstrar que eles devem ser estabelecidos como tais em termos sintáticos;
- sugerir uma reavaliação de tempo e aspecto em português.

1. PRESSUPOSIÇÕES

Até 1957 os estudos lingüísticos eram feitos ou com base na gramática tradicional ou então na lingüística estruturalista.

Nenhuma das duas correntes conseguia explicar satisfatoriamente os problemas lingüísticos. A gramática tradicional / baseava-se principalmente na estrutura da sentença que aparecia foneticamente, isto é, na saída fonética das sentenças. Com isso perdia muito da capacidade explanatória que seria necessária. Além da incapacidade explanatória, ela possui outras falhas, tais como:

- a. a latinização no modelo de descrição de línguas individuais;
- b. a direção normativa;
- c. a primazia da língua escrita em oposição à língua falada.

Chomsky (1966) ¹ fala-nos da gramática tradicional: "como tem sido enfatizado repetidamente, gramáticas tradicionais apelam essencialmente à inteligência do leitor. Elas realmente não formulam as regras da gramática, mas dão antes exemplos e sugestões que capacitam o leitor inteligente a determinar a gramática, de alguma maneira que não é entendida completamente. Elas não apresentam uma análise da "faculté de language" que torna possível esta realização".

Portanto, há limitações que devem ser superadas, e é isso o que se procura fazer justamente na gramática gerativo-transformacional. Mesmo assim, alguns pontos das gramáticas tradicionais são aproveitados pela gerativo-transformacional, como veremos mais adiante.

A lingüística estrutural, igualmente, não possui suficiente força explanatória dos fatos da língua. Em primeiro lugar, não se observa com suficiente rigor a interdependência entre os três componentes de uma gramática: Sintaxe, Fonologia e Semântica. Aliás, a Semântica é deixada praticamente de lado. A Fonologia, a Morfologia e a Sintaxe são estudadas como se fossem um / todo, cada uma por si. Acima de tudo se faz o estudo do fonema e, com ele, a parte fonética em geral.

Em segundo lugar ela sempre parte de uma análise indutiva, sem tentar proposições maiores. Com isso abandona-se a idéia de certos princípios lingüísticos universais, admitidos pela gerativo-transformacional. Além desses há outros princípios que impedem maior força explanatória da teoria. Por isso não adotamos aqui.

Depois de 1957 os trabalhos lingüísticos adquirem maior força explanatória. Nesse ano saiu "Syntactic Structures" . Mas as bases da gramática gerativo-transformacional são assentadas principalmente em 1965 com "Aspects of the Theory of Syntax". Nesse trabalho, Chomsky estabelece a organização de uma gramática desse tipo: a geração da base e as transformações.²

O que seria uma gramática? Segundo Chomsky "uma gramática gerativa deve ser um sistema de regras capaz de reiteração para gerar um número infinito de estruturas".(Chomsky, p. 17).

De outro lado, existe a colocação, ligada à de cima, em que se entende gramática como o sistema finito de regras que o falante de uma língua interiorizou, muitas vezes inconscientemente, e que lhe permite produzir e entender as sentenças dessa língua³.

Este sistema de regras está dividido em três componentes de uma gramática gerativa, que são: o sintático, o fonológico e o semântico.

O componente sintático é o principal componente de uma gramática gerativa. Ele "especifica um conjunto infinito de Objetos formais abstratos, cada um dos quais incorpora toda a informação correspondente a uma interpretação única de uma sentença concreta".(Chomsky, p. 17).

O componente fonológico determina a forma fonética de uma sentença gerada pelas regras sintáticas. Relaciona, portanto, uma estrutura gerada pelo componente sintático com um sinal representado foneticamente.

O componente semântico determina a interpretação semântica da mesma sentença. Estabelece, assim, uma relação entre uma estrutura gerada pelo componente sintático com uma representação semântica.

O componente sintático estabelece para cada sentença uma estrutura subjacente e uma estrutura superficial. A estrutura profunda determina a interpretação semântica, enquanto a estrutura superficial determina a interpretação fonológica.

O componente sintático contém uma base e um subcomponente transformacional.

Segundo Chomsky, "a base... é um sistema de regras que geram um conjunto de cadeias básicas extraordinariamente restrito (talvez finito), cada uma delas associada a uma descrição estrutural chamada Marcador-frasal básico (base Phrase-Marker). Estes marcadores-frasais básicos (ou marcadores sentenciais básicos) são as unidades elementares que constituem as estruturas

subjacentes." (Chomsky, p.19).

O subcomponente transformacional transforma uma estrutura subjacente em estrutura superficial.

A geração de uma sentença baseia-se num léxico, que contém formantes (the, boy..., perfeito,...etc) como também contém símbolos categoriais (S, LN, V, etc.). Os formantes podem ser divididos ainda em unidades lexicais (sincerity, boy) e em unidades gramaticais (perfeito, possessivo, etc).

Para apresentar a construção dos componentes da base, Chomsky parte de informações fornecidas pela gramática tradicional como:

- a. divisão da sentença em constituintes imediatos;
- b. indicação da função gramatical de cada constituinte em particular;
- c. indicação da categoria sintática de cada elemento em particular.

A determinação da estrutura dos constituintes imediatos é assegurada na base através de regras de reescritura independentes de contexto, do tipo:

$$S \longrightarrow LN + LPred$$

$$LPred \longrightarrow Aux + LV \text{ (locativo) (temporal)}$$

etc

As categorias sintáticas podem ser especificadas através de regras de vários tipos.

As regras de subcategorização dependentes do contexto geram os "símbolos complexos" (SC), isto é, as categorias mais gerais. Estas regras são do tipo:

$$A \longrightarrow X + SC + Y/Z - W$$

As regras de subcategorização independentes de contexto determinam outras categorias do nome. São regras como:

$$[+ \text{ Det}] \longrightarrow [\pm \text{ contável}]$$

$$[\pm \text{ contável}] \longrightarrow [\pm \text{ animado}]$$

etc.

Os verbos e os adjetivos são especificados através dos meios de subcategorização do nome nas chamadas regras de seleção dependentes de contexto. São regras do tipo:

$$Adj \longrightarrow SC/\alpha \dots$$

em que α está para as categorias determinadas através de subca-

tegorizaçãu independente de contexto.

A base gera marcadores-frasais, cuja cadeia terminal já contém unidades lexicais. Estas unidades lexicais são determinadas através do funcionamento de uma regra-lexical.

O funcionamento adequado dessa regra (e mais tarde o funcionamento das regras transformacionais e das regras dos componentes interpretativos) predispõe que as unidades lexicais, e também o léxico em si mesmo, disponham de uma estrutura definida de fato.

O léxico compõe-se de uma quantidade de "assentamentos lexicais" ou "entradas lexicais" (lexical entry) e uma quantidade de regras de redundância de diversos tipos.

As entradas lexicais devem especificar:

- a. aspectos da estrutura fonética, que não são predicáveis através de regras gerais;
- b. qualidades que são relevantes para o funcionamento de regras de transformação;
- c. qualidades dos formantes, que são importantes para a interpretação semântica (isto é, parte integrante da definição do / dicionário);
- d. sinais característicos lexicais que indiquem as posições, em que um formante lexical possa ser introduzido em uma cadeia pré terminal (através de regras lexicais).

De uma maneira geral, então, a gramática gerativa seria do tipo apresentado na figura nº 1 ⁴, ou mais simples ⁵, conforme a figura nº 2.

Portanto, toda a interpretação semântica sobre a estrutura subjacente.

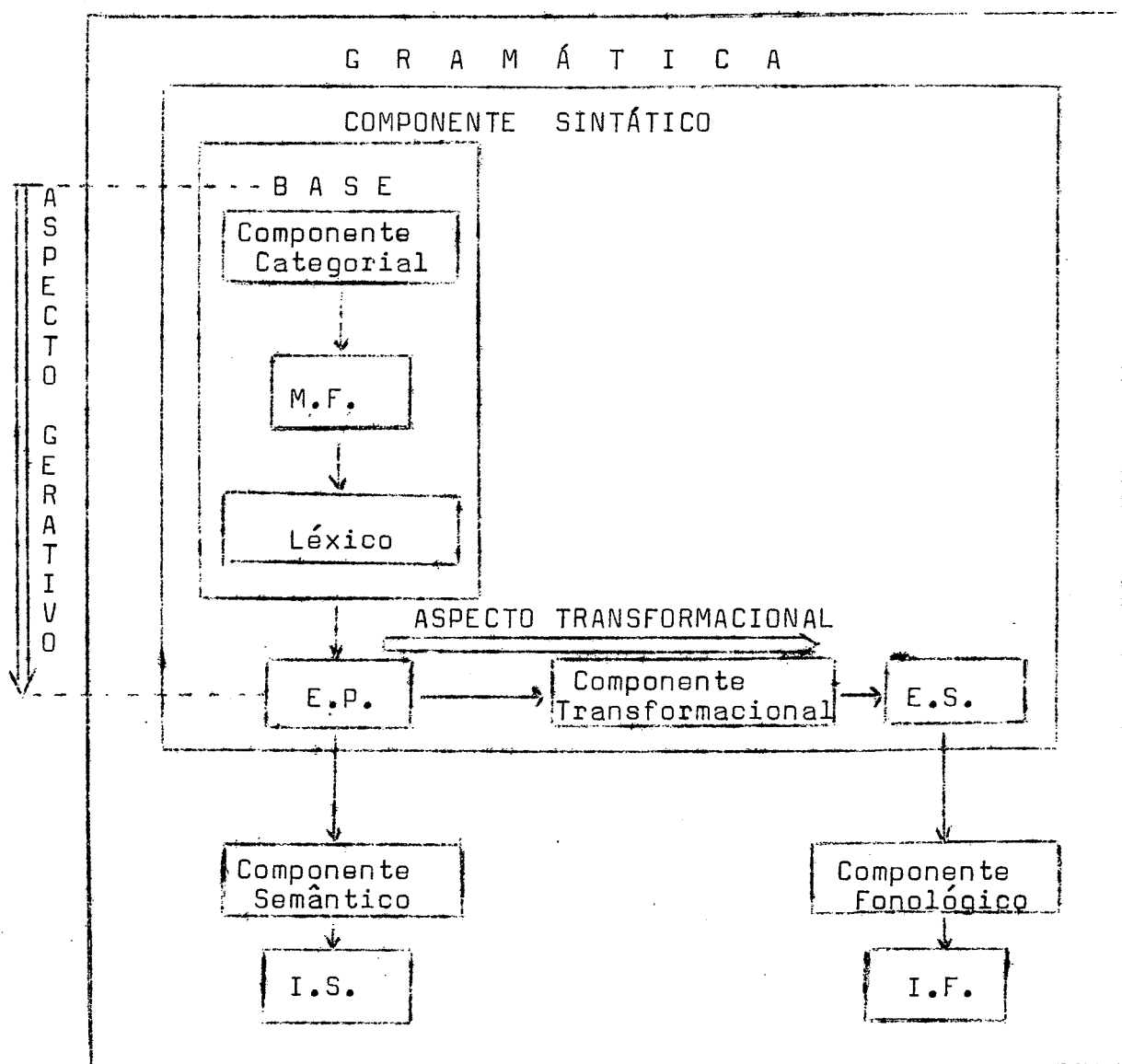
Como podemos observar, ainda, a sintaxe é o componente principal, gerando as estruturas sobre as quais serão aplicados os componentes fonológico e semântico, fazendo a interpretação fonológica e semântica, respectivamente.

Essa teoria, apresentada por Chomsky em "Aspects", foi ampliada, principalmente em "Deep Structure, Surface Structure and Semantic Interpretation" em que ele admite que a interpretação semântica se estenda à estrutura superficial, principalmente para casos como foco e pressuposição, em que a entoação frasal pode indicar significado. É o que se pode observar em sentenças como:

(5) Pedro viajou de avião?

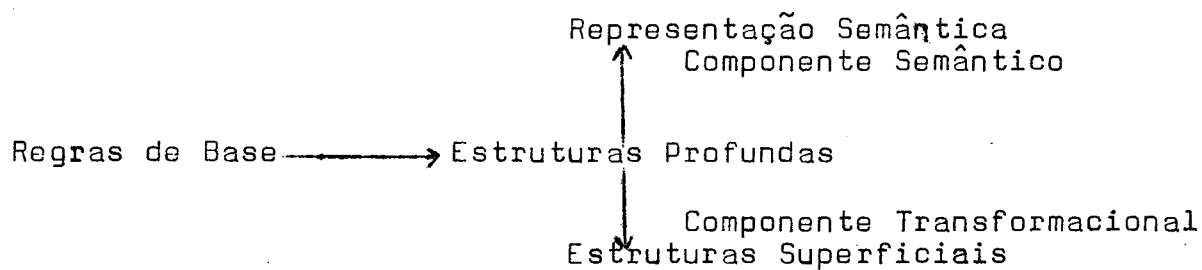
(6) Pedro viajou de avião?

FIGURA Nº 1



em que: M.F.=marcadores frasais E.P.=Estrutura Profunda
 E.S.=Estrutura Superficial I.S.=Interpretação se-
 I.F.=INTERPRETAÇÃO FONOLÓGICA mântica.

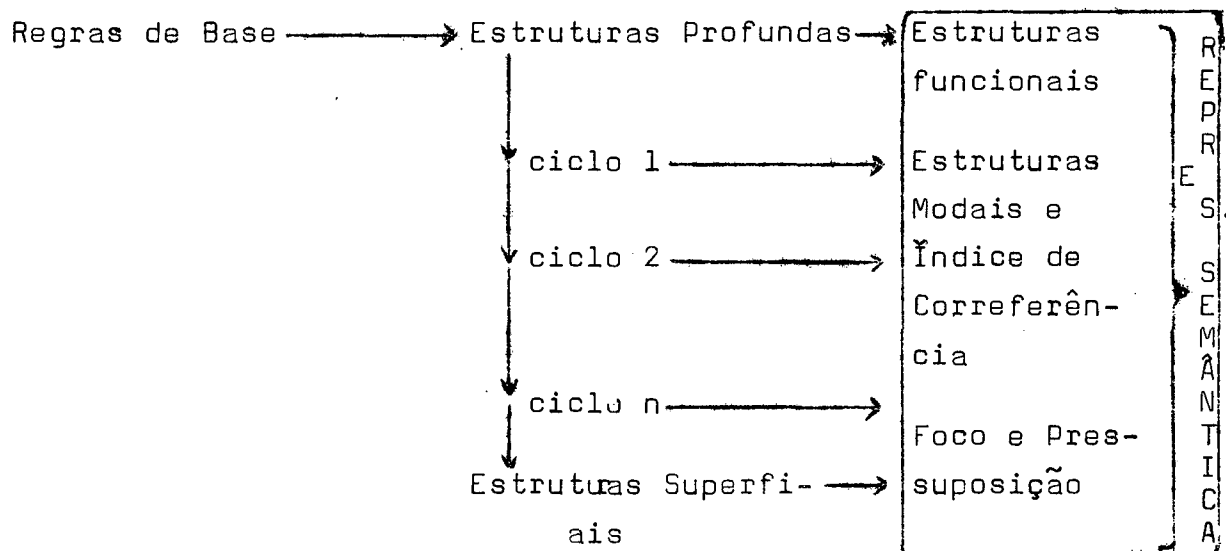
FIGURA Nº 2



Na sentença (5) lança-se dúvida sobre o meio de transporte usado por Pedro e na sentença (6), sobre o sujeito da ação, ou seja, Pedro.

Esta teoria é abordada também por Jackendoff (1972)⁶. Segundo ele as figuras de nº 1 e nº 2 devem ser alteradas para a figura de nº 3

FIGURA Nº 3



em que se observa a representação semântica sobre todas as estruturas: desde a estrutura profunda até a estrutura superficial.

A esse respeito diz Jackendoff:⁷

"Apresentamos aqui uma abordagem fundamentalmente diferente. Num tentativa de dar conta de uma grande série de fenômenos semânticos, descobriremos que estes fenômenos se dividem num grande número de grupos independentes, para os quais, de preferência, são exigidas análises diferentes (seção 1.5.). Para aclarar a independência desses aspectos diferentes de representação semântica, separaremos a representação semântica em quatro partes, incluindo duas estruturas hierárquicas. De maneira bastante imperfeita, a primeira estrutura hierárquica, a estrutura / funcional, representa relações na sentença sugeridas pelos verbos, incluindo noções tais como ação, impulso e direção. A estrutura modal, a segunda estrutura hierárquica, especifica as condições sob as quais a sentença objetiva corresponder a situações na vida real. O índice de correferência indica se pares de locuções nominais na sentença estão determinados a serem correferência ou não. Os foco e pressuposição determinam que informação na sentença está destinada a ser nova e que está destinada

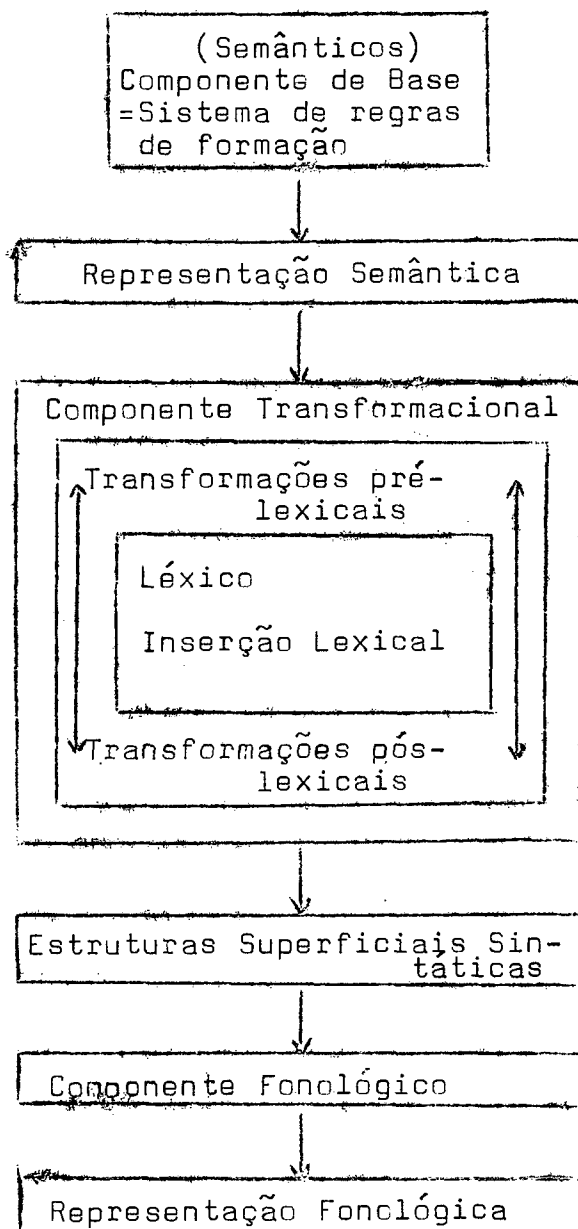
a ser velha. A falha de estudos anteriores em distinguir apropriadamente as duas estruturas hierárquicas, tem sido a origem de muita dificuldade e confusão."

A interpretação semântica se faria através de regras de projeção. A validade ou não dessas regras de projeção não discutimos aqui, por não ser objeto deste trabalho.

Por volta de 1965 surgiu ainda outra corrente dentro da gramática gerativa. É a corrente da "Semântica Gerativa", assim chamada porque pretende que a semântica seja o componente / gerador de sentenças. Diverge portanto da posição tomada por / Chomsky na Teoria Standard e na Teoria Standard Ampliada (EST). Diverge também da posição assumida por Jackendoff.

De maneira esquemática a gramática, segundo a corrente da semântica gerativa ficaria como na figura nº 4⁸:

FIGURA Nº 4



Em termos gerais, as características principais dessa teoria seriam:

- a. papel central da semântica. As estruturas semânticas (representações semânticas) são geradas por si; não são consideradas como interpretações de estruturas sintáticas. Estas estruturas semânticas chegam à estrutura superficial através de processos transformacionais. Para isso necessita-se de um aparelho descri tivo lógico-formal modificado;
- b. não há separação entre sintaxe e semântica;⁹
- c. desaparece o conceito de estrutura profunda. Ele é abandonado em favor de uma "forma lógica" da sentença;
- d. relações gramaticais (como no caso das gramáticas casuais) são fenômenos da estrutura superficial, "derivadas" das relações gramaticais entre predicado e seus argumentos, existentes na representação semântica;
- e. de maneira geral a representação semântica não contém elementos da maneira como aparecem na estrutura superficial; as unidades lexicais da estrutura superficial são introduzidas como substitutos de complexos de "marcadores-semânticos" estruturados sintaticamente. Esta introdução se efetua através de transformações;
- f. introdução de postulados significativos, como certamente (S), possivelmente (S), levando em consideração fatores contextuais, em especial pressuposição;
- g. inserção lexical em diversos lugares, dando com isso, automaticamente, transformações pré-lexicais e transformações pós-lexicais, isto é, transformações operando antes e transformações operando depois de inserção de itens lexicais;
- h. "Lexema" é um complexo de "átomos" semânticos com estrutura sintática interna. Assim, não há propriamente uma distinção entre "palavra" e "sentença" semântica. Com isso a semântica gerativa procura esclarecer propriedades sintáticas de unidades / lingüísticas a partir de suas propriedades semânticas;
- i. em oposição à teoria interpretativa (da EST), que admite grande número de categorias (como: S, LN, LPred, LV, Aux, V,N,LPred, Det, Adj, etc) a "semântica gerativa" só admite três categorias, a saber: proposição (Prop), relativo à sentença da EST;
 argumento (Arg), relativo à locução nominal da EST;
 predicado (Pred), relativo ao verbo da EST;
- j. Restrições derivacionais locais e globais (local/global deri

vational constraints); as restrições locais apontam a condição, sob a qual a seqüência de dois marcadores-frasais (árvores) seguidos é "bem-formada" numa derivação.¹⁰ A grosso modo correspondem às transformações no sentido apontado por Chomsky. As restrições globais, ao contrário, levam em conta várias "árvores" de uma derivação separadas entre si;¹¹

1. a EST¹² de Chomsky permite que haja interpretação semântica sobre a estrutura profunda e sobre a estrutura superficial. A semântica gerativa não admite tais regras. Toda a informação relevante para a interpretação semântica está na representação semântica.

Assim, os problemas em que a semântica gerativa se diferencia mais da EST são principalmente três: a) inserção lexical; b) restrições derivacionais; c) a ordenação de transformações lexicais e não-lexicais.

A crítica principal à semântica gerativa parte do próprio Chomsky em "Some Empirical Issues in The Theory of Transformational Grammar".

No caso (a), o da inserção lexical, segundo Chomsky, a EST de fato revela uma certa fraqueza. Ela sustenta (como já se fazia na teoria standard de 1965) que "itens lexicais entram na estrutura profunda em posições dominadas por categorias léxicas, em que cada item lexical contém uma descrição intrínseca / de significado de um tipo que é pouco entendido em detalhes". (Chomsky: Some Empirical Issues in the Theory of Transformational Grammar, p. 196)¹³. O léxico em si mesmo tem certas estruturas internas (como, por exemplo, casos de / campos semânticos"). A caracterização semântica de itens lexicais e as estruturas em que eles aparecem pode ser dada em termos de marcadores-frasais e transformações. Não há uma definição mais clara, ainda, a este respeito, embora se espere melhor insight com o estudo detalhado da estrutura do léxico.

A semântica gerativa sustenta que os itens lexicais / substituem marcadores-frasais que expressam seu (dos itens) significado. Segundo Chomsky, isto é atrativo, e se fosse sustentável, seria de se levar muito a sério como uma abordagem da descrição do significado. Por enquanto, no entanto, não é sustentável. "Os marcadores-frasais que são substituídos em operações / de inserção lexical variam em forma sem limite discernível, e não foi completada nenhuma proposição compreensível sobre um problema simples do tipo: como um item lexical numa sentença encaixada pode ser associado à sua representação semântica (em parti-

cular, as pressuposições expressas, no caso dos verbos)".(Chomsky, Some Empirical Issues in the Theory of Transformational Grammar, p. 196).¹⁴

Por isso, parece haver antes de tudo uma proposição / notacional, sem conseguir passar além disso.

Com relação às restrições derivacionais, já vimos que há dois tipos. Para as primeiras (restrições locais) a EST assegura que elas não existem, apenas transformações e condições gerais em transformações.

A semântica gerativa, nos trabalhos vistos, sugere / que outras condições são permitidas (condições livres, muitas vezes). Neste caso parece que a EST deve ser preferida, embora haja um enriquecimento da semântica gerativa. É que esta, justamente em função dessa liberdade em estabelecer condições, se enfraquece.

"No caso de restrições ligando representações semânticas e derivações, a EST assegura que há somente uma categoria / tais restrições: notadamente, certos aspectos específicos de estrutura superficial, ou pouco profunda, não relevantes para a interpretação semântica."(Chomsky, opus cit., p.196).¹⁵

A semântica gerativa novamente, neste caso, permite / que haja mais restrições. "Cada regra de interpretação delineando estrutura superficial, ou pouco profunda, em algum aspecto / de significado pode ser descrita como uma restrição derivacional(isto é, uma "regra de gramática"), mas não inversamente ". (Chomsky, opus cit., p. 197)¹⁶.

Novamente o enriquecimento pode levar a uma descrição não-comum dos fatos lingüísticos, devendo, por isso, a teoria / ser abandonada.

A ordenação de transformações lexicais e não lexicais, segundo Chomsky, ainda não foi devidamente explicada e justificada. Por isso não se vê por que abandonar a teoria standard / ampliada (EST). Aliás, parece haver razões muito fortes a favor da EST, notadamente as generalizações sintáticas e semânticas que são formuláveis em termos de estrutura profunda, mas não, a parentemente, de outra maneira.

Portanto, em certos casos, a semântica gerativa não passa de diferença notacional em relação a EST. Em outros casos a semântica gerativa tomou, parece-nos, caminhos perigosos, uma vez que pode levar a uma descrição não-coerente dos fatos da língua, e mais ainda, descrição diferente do mesmo fato de autor para autor.

Por tudo isso, preferimos manter na nossa discussão a linha seguida na EST, que, embora mais restrita, ou limitada, / justamente em função dessa restrição consegue descrever os fatos da língua de uma maneira mais precisa.

1.1. DELIMITAÇÕES

No presente trabalho abordamos apenas os verbos poder e dever, porque estes sempre guardam a característica de serem auxiliares modais, como tentaremos demonstrar nos capítulos seguintes.

Eventualmente outros verbos (como vir, ir, etc) talvez possam ser incluídos entre os auxiliares-modais no português. Devemos levar em conta, no entanto, que estes verbos nem sempre são auxiliares. Em muitas situações são verbos principais, isolados na sentença.

Além disso, sugerimos apenas a análise semântica dos dois modais, sem um aprofundamento maior. Poderíamos ter tentado estabelecer como e onde se faz a interpretação semântica desses modais. Isto, no entanto, faria com que este trabalho se estendesse bastante, o que não é nossa intenção.

Esta parte, portanto, fica em aberto para futuros trabalhos, inclusive fica para tal a tentativa de subcategorização mais precisa dos dois modais, além de outros que possam ser incluídos.

NOTAS DO PRIMEIRO CAPÍTULO

1. "Topics in the Theory of Generative Grammar, p. 11.
 "As has repeatedly been emphasized, traditional grammars make an essential appeal to the intelligence of the reader. They do not actually formulate the rules of the grammar, but rather give examples and hints that enable the intelligent reader to determine the grammar, in some way that is not at all understood. They do not provide an analysis of the "faculty of language" that makes this achievement possible."
2. Os números das páginas que citamos são da tradução para o Espanhol, feita por C.P. Otero.
3. Ou como diz Chomsky: "Gramática gerativa é o sistema de regras que especifica a correlação som-sentido e gera a classe de descrições estruturais (percepções) que constituem a língua em questão. A gramática gerativa, portanto, representa o conhecimento que o falante-ouvinte tem de sua língua" (in Novas Perspectivas Lingüísticas, p. 35).
4. Esquema seguindo Petöfi, p. 61.
5. Segundo Jackendoff, p.4 .
6. "Semantic Interpretation in Generative Grammar."
7. "We will take fundamentally different approach here. In an attempt to account for a large range of semantic phenomena , we will find that these phenomena divide themselves into a number of independent groups for which rather different analysis are required (...). To make clear the independence of these different aspects of semantic representation, we will separate semantic representation into four parts, including two hierarchical structures. Very crudely, the first hierarchical structure, the FUNCTIONAL STRUCTURE, represents relations in the sentence induced by the verbs, including such notions as agency, motion, and direction. The MODAL STRUCTURE, the second hierarchical structure, specifies the conditions under which a sentence purports to correspond to situations in the real world. The TABLE OF COREFERENCE indicates whether pairs of noun phrases in the sentence are intended to be coreferential or not. The FOCUS AND PRESUPPOSITION designate what information in the sentence is intended to be

new and what is intended to be old. The failure of earlier studies to properly distinguish these semantic substructures, particularly the two hierarchical structures, has been the source of much difficulty and confusion." (opus cit., p. 3).

8. O esquema está de acordo com o que nos apresentam Wellte e, também Katz.
Os defensores da teoria da semântica gerativa são principalmente: McCawley, Ross, Lakoff e a gramática dos casos, de Fillmore.
9. Cf. Lakoff, in Steinberg e Jakobovits, p. 232.
10. Segundo Lakoff, opus cit., p. 232.
11. Veja-se Lakoff, opus cit., p. 234.
12. Como é apresentada em "Deep Structure, Surface Structure, and Semantic Interpretation", e ainda em "Some Empirical Issues in the Theory of Transformational Grammar."
13. "... that lexical items enter into deep structures in position dominated by lexical categories, where each lexical item contains an intrinsic account of meaning of a sort that is little understood in detail."
14. "the "phrase-markers" that are replaced in lexical insertion operations vary in form without discernible limit, and no comprehensible proposal has been put forth about such a simple matter as how a lexical item in an embedded sentence can be associated with its semantic representation (in particular, the presuppositions expressed, in the case of verbs)."
15. "... constraints relating semantic representations and derivations, EST holds that there is only one category of such " constraints": namely, certain specific aspects of surface (or shallow) structure are relevant to semantic interpretation."
16. "Every rule of interpretation mapping surface (or shallow) structure into some aspect of meaning can be described as a "derivational constraint" (i.e., a "rule of grammar"), but not conversely."

2. RESENHA BIBLIOGRÁFICA

2.1. AS GRAMÁTICAS TRADICIONAIS E OS MODAIS.

Praticamente todas as gramáticas tradicionais (ou normativas) abordam a questão dos auxiliares em português, e entre estes estudos dos auxiliares está incluído o dos modais.

Fazem-no, no entanto, de uma forma normativa, isto é, de como se deve dizer ou empregar esses auxiliares e como eles devem ser analisados. Procuram, além disso, estabelecer definições para os auxiliares.

Alguns desses trabalhos apresentamos em seguida:

CARNEIRO RIBEIRO ¹, falando em termos de auxiliares em geral, diz que são verbos que se juntam a outros verbos para exprimir diversos aspectos sob que se considera a idéia fundamental por eles enunciada. Entre os que seriam auxiliares, Carneiro Ribeiro cita: estar, ter, dever, ir, vir, andar. Segundo ele, nem sempre são auxiliares, apenas quando forem a primeira parte de "linguagens compostas."

Não há explicação do que sejam "linguagens compostas!"

O autor se baseia, puramente, numa análise da estrutura superficial, resultando disso uma incapacidade explanatória do fato.

ALMEIDA ², acha que existem auxiliares que servem para indicar:

- a) tempos compostos (como ter, haver);
- b) passividade (como ser, estar);
- c) linguagem projetada (como ter, haver, ir, estar para, dever, etc);
- d) continuidade de ação (como estar, andar);
- e) desenvolvimento gradual (como ir, vir);
- f) havendo ainda aqueles que denotam indicação, tendência ou obrigação para a prática de uma ação.

Eventualmente estes "verbos" (como dever, poder, costumar, querer, desejar, conseguir, etc) são transitivos, tendo como objeto o verbo no infinitivo.

A base para esta afirmação também é a estrutura superficial.

BECHARA ³ chama de locução verbal à combinação de diversas formas de um verbo auxiliar com o infinitivo, gerúndio ou particípio de outro verbo que se chama principal. Ele aponta,

pelo menos, uma característica sintática desses auxiliares: a de que eles recebem a flexão de tempo, modo e pessoa.

Algumas vezes os auxiliares acrescentam o Aspecto à locução verbal. Para Bechara os auxiliares se distinguem assim:

- a) aqueles que servem para formar tempos compostos (como ter , haver e ser);
- b) aqueles que servem para formar a voz passiva (como ser, estar e ficar);
- c) os auxiliares acurativos que indicam aspectos do momento da ação verbal (como começar a, por-se a, estar para, por, estar a, andar, vir, ir, tornar a, costumar, acabar de, cessar de, deixar de, parar de, vir de, etc);
- d) os auxiliares modais, combinados com o infinitivo ou gerúndio do verbo principal para determinar com mais rigor o modo como se realiza ou se deixa de realizar a ação verbal. Subdivide-os em pequenos grupos, de acordo com sua característica semântica principal:

- os que indicam necessidade, obrigação, dever (como haver de, ter de, dever, precisar de);
 - os que indicam possibilidade ou capacidade (como poder);
 - os que indicam vontade ou desejo (como querer, desejar, odiar, abominar, etc);
 - os que indicam tentativa ou esforço (como buscar, pretender, tentar, ousar, atrever-se a, etc);
 - os que indicam consecução (como conseguir, lograr);
 - os que indicam aparência, dúvida (como parecer);
 - os que indicam movimento para realizar um intento futuro (como ir);
 - os que indicam resultado (como visar, chegar a, etc);
- e) os auxiliares causativos e sensitivos (como deixar, mandar , fazer, ver, ouvir, olhar, sentir).

ROCHA LIMA ⁴, falando do infinitivo não-flexionado e seu emprego, diz que este infinitivo não-flexionado é usado "quando se agrega, como verbo principal, a um auxiliar, formando com ele uma unidade semântica". Esses auxiliares seriam:

- a) auxiliares modais (como poder, saber, querer, dever);
- b) auxiliares acurativos (como ir, principiar a, começar a, costumar, acabar de, cessar de, tornar a, etc).

Acrescenta, também, que o auxiliar recebe as flexões e não o verbo principal.

CUNHA ⁵ acrescenta, para a definição do auxiliar, o as

pecto semântico, dizendo que "auxiliar é aquele que, combinado com formas nominais de um verbo principal, constitui a conjugação composta deste verbo, perdendo com isso o seu significado próprio".

Segundo Cunha, ainda, um outro critério de caracterização dos auxiliares seria a freqüência. Os mais freqüentes seriam: ter, haver, estar. Depois viriam ir, vir, andar, poder, ficar, mandar, etc.

FERNANDES ⁶, no seu "Dicionário de Verbos e Regimes", considera dever como transitivo com significados como: ter obrigação; ter que pagar; estar na obrigação de restituir; ter de.

Como transitivo relativo teria significados como: estar obrigado ao pagamento de; estar em agradecimento; etc. Nunca considera dever como auxiliar.

O poder aparece citado como transitivo, com significados como: ter a faculdade de; ter possibilidade ou autorização para; ter capacidade; ter ocasião de; etc.

Como intransitivo aparece com significados como: possuir força física ou moral; ter influência, valimento. Neste caso, o autor acrescenta que muitos pretendem subentender o verbo fazer.

Poder ainda seria transitivo relativo, com significados como: ter força, robustez, capacidade para suspender, agüentar, suportar, etc. Poder também não é considerado como auxiliar.

MACAMBIRA ⁷ define locução verbal como "pluralismo de forma e unidade semântica". Sempre se pode substituir a locução por uma forma simples do verbo. Acrescenta aspectos sintáticos interessantes para que se possa demonstrar se há locução ou não. Um termo acrescentado deve referir-se ao todo e não a uma parte da locução. Referindo-se apenas a uma parte não teremos locução. Por exemplo em:

(1) Estou fugindo;

pode-se acrescentar um advérbio, que poderá aparecer tanto no início, como no meio ou no fim, sem alterar o significado da locução.

- (2) a. Agora estou fugindo.
 b. Estou fugindo agora.
 c. Estou agora fugindo.

Outro critério é a substituição do infinitivo por is-

so. Se a substituição for possível não teremos locução; se a substituição não for possível teremos locução. Assim

(3) Quero sair

não é locução porque sair pode ser substituído por isso. Segundo esse critério seriam auxiliares: haver, pegar a, pegar de, de ver de, deitar a, vir a, servir de, acabar de, entrar a, costu mar, dar a, parar de, cessar de, entender de, duvidar de, por - se a, já que não admitem a substituição do infinitivo por isso.

Macambira conclui que a definição do auxiliar deve ser em termos sintáticos e não paradigmáticos.

Um aspecto importante, que pode ser depreendido da mai oria dos trabalhos até aqui analisados, é o de que a caracterização de um verbo como auxiliar ou não deve ser feita em termos sintáticos, não semânticos. Em termos semânticos podemos classi ficá-los em vários tipos, tais como: modais, causativos, volititi vos, etc.

É este um aspecto que levamos em conta e que usamos como reforço da nossa colocação neste trabalho.

Procuraremos apenas demonstrar a auxiliaridade de poder e dever, valendo-nos de uma série de critérios sintáticos, alguns dos quais já foram abordados por Macambira, Bechara e Ro cha Lima.

2.2. OS TRABALHOS LINGUÍSTICOS E OS MODAIS

2.2.1. CONSIDERAÇÃO DOS MODAIS COMO AUXILIARES

Há estudiosos que consideram os modais como parte do auxiliar dentro da locução verbal. A definição do modal como au xiliar nesses casos se faz em termos sintáticos.

Dentre os que consideram o modal como auxiliar encontramos o próprio Chomsky, que já o apresenta assim em "Syntactic Structures". Na reescritura do auxiliar encontramos esta regra:

$$\text{Aux} \longrightarrow \text{C (M) (have + en) (be + ing)}$$

onde (M) representa o modal.

Em "Aspects of the Theory of Syntax", Chomsky retoma a regra, com pequenas alterações. Assim temos:

$$\text{Aux} \longrightarrow \text{Tense (M) (Aspect)}$$

em que (Aspect) engloba justamente (have + en) e (be + ing) da re gra anterior.

Como Chomsky está interessado em estabelecer as bases de uma teoria lingüística geral, ele não se aprofunda em discussões de problemas particulares nos dois trabalhos. O mesmo ele faz nos seus trabalhos seguintes, como em (1968)⁸ e (1971)⁹.

TWADELL¹⁰ nos apresenta uma classificação dos modais do inglês, baseando-se em alguns critérios sintáticos e apresentando também características semânticas dos modais no inglês.

Ele começa, fazendo uma distinção entre auxiliares primários (como have, be, do) com a concordância em -s na terceira pessoa e auxiliares modais (como can, could, dare, may, must, might, need, ought, shall, should, will, would) sem esta concordância em -s na terceira pessoa.

Os critérios sintáticos, próprios para o inglês, que ele nos apresenta são:

- a) o modal precede o auxiliar primário, nunca o contrário;
- b) os modais não ocorrem juntos na mesma sentença;
- c) os modais ocorrem antes de -n't ou not, para a negação da sentença;
- d) ocorrência do modal antes do sujeito em interrogações, em estilos formais (numa conversa condicional ou depois de elementos iniciais de sentença com significado negativo ou restritivo), em estilos informais (depois de so no sentido de also, likewise, &oo) e ainda em interrogações;
- e) ocorrência como o local para o acento gramatical e a assinalação de tonicidade;
- f) ocorrência como o "eco" ou substituto da construção verbal anterior e seu complemento (= predicativo) em repetições.

Apresenta, ainda, uma análise semântica dos modais no inglês. Segundo ele, os modais constituem um sistema de similaridades e diferenças parciais.¹¹

Em princípio, o estudo de Twadell parece um tanto normativo, mas ele pode ajudar, de alguma forma, na elaboração de outros trabalhos. A colocação que Twadell faz sobre aspectos semânticos dos modais pode ajudar bastante num trabalho tentando abordar estes aspectos semânticos.

JACKENDOFF¹² também considera os modais como auxiliares. Ele apresenta argumentos sintáticos que provam que os modais não se comportam como verbos principais. No caso do inglês temos:

- a) os modais não ocorrem juntos e não aparecem em gerúndios, nem em infinitivos. Ex.:¹³

- (4) * I should can use two modals in a row if they are verbs. (3.252)
- (5) * I want to may leave the room. (3.253)
- (6) * I don't like musting me modals in gerunds. (3.254)
- (7) I should be able to use two modals in a row if they are verbs. (3.255)
- (8) I want to be allowed to leave the room. (3.256)
- (9) I don't like having to use modals in gerunds. (3.257)

- b) os modais não se submetem à concordância de número.
- c) os modais têm um comportamento diferente com relação à negação. É um comportamento diferente daquele dos verbos principais.
- d) se a sentença principal de superfície, em sentenças com modais, deve ser uma sentença complemento de estrutura profunda, os modais devem reger uma regra de apagamento do complementizador, uma vez que nada aparece na superfície.

Segundo Jackendoff, há, às vezes, isso sim, verbos principais (como: *like, have, see, feel, watch*) que se comportam sintaticamente como os modais; mas há evidências mostrando que não são modais.

Assim, considerar os modais como verbos principais se ria admitir que eles " representam uma coincidência notável de um grande número de aberrações puramente sintáticas".(Jackendoff *Semantic Interpretation in Generative Grammar*, p. 101).

Jackendoff mantém os modais como auxiliares, seguindo a teoria interpretativa apresentada por Chomsky. Ele procura dar a sua contribuição, permitindo que a interpretação semântica se faça não somente sobre a estrutura profunda, mas também fazendo a agir sobre a estrutura superficial, como já observamos no primeiro capítulo e demonstrado através da figura nº 3.

Tratando do significado dos modais, Jackendoff argumenta que os modais do inglês têm dois sentidos diferentes: um sentido que ele chama de "sentido de base" e outro que ele chama de "sentido epistêmico".

Neste particular ele se opõe à teoria de Ross¹⁴, para quem os dois sentidos se desenvolvem de duas estruturas profundas distintas, ambas representando o modal como o verbo principal de uma sentença superior que encaixa a sentença principal de superfície como um complemento.

2.2.2. CONSIDERAÇÃO DOS MODAIS COMO VERBOS PRINCIPAIS.

Assim como existem aqueles que consideram o modal co-

mo auxiliar de um verbo principal, existem também aqueles que o consideram como verbo principal. Nesse sentido, uma das obras principais é a de Ross ¹⁵.

De acordo com a exposição e argumentação de Ross, todos os verbos são principais, não havendo auxiliares.

Ele apresenta dez argumentos a favor dessa idéia e mais dois argumentos que dizem que os auxiliares, em verdade, devem ser verbos principais ¹⁶.

Os dez argumentos iniciais são:

1º) Apagamento de LV, como em sentenças do tipo:

- (10) a. Mike built a house and Tom did too. (3)
 b. Mike is building a house and Tom is too.
 c. Mike may built a house and Tom may too.
 d. Mike must have been building a house and Tom must have been too.
 e. Mike has a house and Tom has too.
 f. Mike is sick and Tom $\left\{ \begin{array}{l} \text{does} \\ \text{is} \end{array} \right\}$ too.

Segundo Ross, tanto os verbos principais, como os auxiliares têm comportamento sintático igual, logo sendo os últimos considerados verbos principais.

Em português temos construções idênticas. Vejam-se:

- (11) a. Mário construiu uma casa e João também (o fez).
 b. Mário está construindo uma casa e João também está.
 c. Mário pode construir uma casa e João também pode.
 d. Mário deve ter construído uma casa e João também deve ter (feito isso).
 e. Mário tem uma casa e João também tem.
 f. Mário está doente e João também está.

Vejam-se mais detalhes e melhor discussão desse critério em 3.1.6.

2º) Elipse de be, justamente como o fazem verbos reais:

- (12) a. I ate fish, and Bill (ate) steak. (6)
 b. I am American, and Bill (is) Canadian.

Outro fato é poder-se alçar quantificadores (como li ke, both, each, etc) por cima de be:

- (13) a. They all are handsome \longrightarrow They are all handsome. (7)
 b. They both are handsome \longrightarrow They are both handsome.
 c. They each are handsome \longrightarrow They are each handsome.
 d. etc. etc.

Como existe também esta possibilidade de alçar quantificadores por cima de outros auxiliares (como *have*, *must*, etc), e como be foi considerado verbo principal pela elipse, logo *have must* e outros também serão verbos principais.

Sentenças como as em (12) também existem no português:

- (14) a. Eu como peixe e João (come) carne.
 b. Eu sou brasileiro, e João (é) português.

O critério, no entanto, não nos parece ser conclusivo, razão por que não o aplicamos especificamente no nosso trabalho. Não é conclusivo porque a elipse pode ocorrer com outros constituintes, não apenas verbos. Basta que haja uma conjunção de sentenças, entrando um determinado constituinte nas duas sentenças. Numa delas ele poderá ser apagado:

- (15) Hoje Paulo come peixe, amanhã (Paulo comerá) carne.

Nesta sentença apagamos não somente comer, como também a LN-Paulo.

Se a "elipse-de-ser" não é conclusiva, logo a permuta de quantificadores também não o é, para a determinação de auxiliaridade ou não, já que esta é decorrente daquela.

3º) Argumento baseado na diferença de aceitabilidade entre (16a) e (16b):

- (16) a. He₁ forced me to be examined by Dr. Hito. (8a)
 b. * He₁ forced me to be examined by him₁.

Haveria, no caso, uma restrição transformacional, de tipo bem misterioso, segundo Ross.

" A restrição parece ser a de que nenhum agente em um complemento for-to ou poss-ing pode ser idêntico ao sujeito de uma sentença superior, enquanto somente sentenças for-to ou poss-ing se interponham entre este agente e o sujeito." ¹⁷

Esta restrição também explicaria a agramaticalidade de (17b):

- (17) a. You may gladly be examined by Dr. Hito. (10a)
 b. * You may gladly be examined by me., (10b)

desde que as sentenças em (17) fossem derivadas de estruturas subjacentes a (18):

- (18) a. I gladly allow you to be examined by Dr. Hito. (11a)
 b. * I gladly allow you to be examined by me. (11b)

Haveria aplicação de uma regra transformacional de Flip, que, no entanto, só é aplicável a verbos principais, Como

Como esta regra pode ocorrer com may, este verbo é logo tomado como verbo principal.

Este critério também não foi aplicado no nosso trabalho, pois não nos parece conclusivo. A restrição que ocorre, parece-nos ser puramente de pronominalização, na sentença (16b). Ela permite duas interpretações: uma em que He₁ estaria repetido através do him e outra em que him estaria substituindo Dr. Hito, digamos. Não nos parece existir a restrição em função do verbo.

4º) O verbo force (como também cony, avoid, etc) requer um verbo [- estático] na sentença seguinte à superior; o verbo seem (como também be reported, turn out, happen, etc), quando usado com um complemento for-to, requer um verbo [+ estático] na sentença inferior seguinte.

(18) a. I forced Dr. Mensch to $\left\{ \begin{array}{l} \text{learn} \\ * \text{know} \end{array} \right\}$ the answer. (12a)

b. Dr. Mensch seems to $\left\{ \begin{array}{l} * \text{learn} \\ \text{know} \end{array} \right\}$ the answer (12b)

Para se conseguir as generalizações acima os verbos auxiliares em (19) devem ser analisados como verbos principais.

(19)	$\left[\begin{array}{l} \text{learn the answer} \\ * \text{know the answer} \\ * \text{be sleeping} \\ * \text{have slept} \\ * \text{be allowed to leave} \\ * \text{be bald} \end{array} \right]$	He	(13)
forced	}	seems	$\left[\begin{array}{l} * \text{learn the answer} \\ \text{know the answer} \\ \text{be sleeping} \\ \text{have slept} \\ \text{be allowed to leave} \\ \text{be bald} \end{array} \right]$
him to	}	to	}

Não aplicamos o critério no nosso trabalho. Consideramos o critério fraco, já que coloca o argumento da simplicidade em detrimento da explanação de fato dos problemas da língua. Além disso, o argumento não prova nada. É muito mais normativo do que analítico.

5º) O quinto argumento é o do emprego da palavra SO como uma pro-S. O argumento baseia-se principalmente no fato de que o SO em (20) pode substituir tanto singing, been singing como have been singing.

(20) They said that Tom have been singing and so he (17)

$\left\{ \begin{array}{l} \text{might have been} \\ \text{might have} \\ \text{might} \end{array} \right\}$

Segundo Ross, isto quer dizer que cada elemento dessas (isto é: have, be-en, might) constituía uma sentença própria, logo todos seriam verbos principais.

Vejam-se as nossas considerações no item 3.1.7., onde aplicamos este critério, com adaptações ao português.

6º) O que se verifica em relação ao emprego de SO como pró-S, também se verifica com a substituição de um Nó-LN por which e that, que tanto poderá ocorrer com verbos principais, como com verbos auxiliares, sendo, portanto, um argumento a favor da colocação dos auxiliares como verbos principais. Verifica-se isto em sentenças como:

- (21) a. They said that Tom likes ice cream $\left\{ \begin{array}{l} \text{which he does} \\ \text{and that he does} \end{array} \right\}$ (19)
- b. They said that Tom is working hard $\left\{ \begin{array}{l} \text{which he is} \\ \text{and } \left\{ \begin{array}{l} \text{he is that} \\ \text{that he is} \end{array} \right\} \end{array} \right\}$

Veja-se a discussão desse critério no item 3.1.6. deste nosso trabalho.

7º) Segundo Ross, o apagamento de S converteria (22a) em (22b):

- (22) a. I know that our cause is lost, but no one else knows that our cause is lost. (20a)
- b. I know that our cause is lost, but no one else knows it. (20b)

Isto também ocorreria com be, havendo, portanto, um comportamento idêntico, como se vê em (23):

- (23) Max was chortling when I got up yesterday morning and he was still at (it) when I went to bed that night. (21)

O critério empregamos neste nosso trabalho, com as adaptações necessárias ao português. Vejam-se os itens 3.1.6. e 3.1.7. deste trabalho.

8º) A base para o ditavo critério é o alemão. Existem no alemão sentenças como:

- (24) Ottokar muss singen
"Ottokar deve cantar"

em que haveria uma estrutura profunda como

- (25) Ottokar muss es Ottokar sing
"Ottokar deve isso Ottokar canta"

Assim, para (26) também seria aplicada a regra de apagamento de S, uma regra já vista:

- (26) Ottokar muss singen, und $\left\{ \begin{array}{l} \text{du must es auch} \\ \text{das must du auch} \end{array} \right\}$
 "Ottokar deve cantar, e $\left\{ \begin{array}{l} \text{tu o deves também} \\ \text{isso tu deves também} \end{array} \right\}$

De acordo com isso, os verbos que são como müssen (dever) na realidade devem ser vistos como verdadeiros verbos, marcados como [+ modal], sendo diferentes somente nesse aspecto em relação aos verbos "reais", como versuchen (= tentar), que são marcados como [- modal].

Este critério pode ser analisável no nosso trabalho, também, nos itens 3.1.6. e 3.1.7.

9º) O nono argumento baseia-se na inserção do expletivo there. Segundo Ross, este elemento só pode ser introduzido quando o verbo for intransitivo. Quando o verbo for transitivo ou outro, o expletivo, não pode aparecer. Assim as sentenças em (27)

- (27) a. Windows may gladly be broken by rioters. (31)
 b. Windows may possibly be broken by rioters.,

ficariam como em (28) com a inserção de there:

- (28) a. * There may gladly be windows broken by rioters. (32)
 b. There may possibly be windows broken by rioters.,

em que (28b) se comportaria como os verbos intransitivos (como happen, turn out, etc).

- (29) a. There happened to be a commissar present. (33)
 b. There turned out to be a catfish in the drain.

Este critério não é aplicável ao português, já que não temos o expletivo equivalente a there do inglês.

10º) O décimo argumento a favor da consideração de todos os auxiliares como verbos principais é o critério da negação. O critério é também aplicável no português, embora com certas ressalvas. Ele será discutido detalhadamente no item 3.1.8. deste nosso trabalho.

Os dois argumentos empregados por Ross para dizer que os auxiliares devem ser verbos principais parecem-nos muito mais normativos do que critérios para estabelecer auxiliaridade ou não. Ross baseia-se na ordem de colocação dos constituintes na sentença. De um lado teríamos colocações do tipo SV0 (= sujeito+

verbo + objeto) como acontece no alemão. De outro lado teríamos colocações do tipo SOV, como acontece em outras línguas.

Dependeriam dessas ordens de colocação as passagens de constituintes de uma posição a outra. A discussão, porém, não nos parece relevante para os propósitos deste trabalho.

Concluindo a respeito do trabalho de Ross, podemos dizer que ele muda substancialmente a regra de Chomsky que aparece em "Syntactic Structures" e "Aspects", e que vimos anteriormente na discussão desses dois trabalhos. Segundo Ross a análise de Chomsky pode ser substituída por uma análise com os dois traços [V] e [Aux]. Assim, verbos como read, eat, etc, seriam especificados como [- Aux] distintos de be, have e os modais que seriam [+ Aux]. A subcategorização, portanto de read, eat, seria [+ V, - Aux] e de be, have e os modais seria [+ V, + Aux].

Se observarmos um pouco melhor, podemos concluir que, em realidade, a diferença é muito mais notacional do que de conteúdo, uma vez que permanece uma diferença de subcategorização entre os dois, ou seja, um grupo será [- Aux] e o outro será [+ Aux].

Outro trabalho que aborda os modais é o de FILLMORE¹⁸. Para ele os modais fazem parte de um constituinte maior, em que entram ainda: negação, tempo, modo e "aspecto". Este constituinte seria de importância idêntica à do constituinte proposição. Seria, dessa forma, um dos constituintes da base semântica de uma gramática¹⁸. Vejam-se mais detalhes da teoria na nossa discussão sobre a semântica gerativa, no primeiro capítulo.

2.2.3. OUTROS TRABALHOS LINGUÍSTICOS

Analisaremos rapidamente alguns outros trabalhos que tratam dos auxiliares-modais. Estes trabalhos partem do pressuposto de que os modais são verbos auxiliares. A partir disso procuram estabelecer uma classificação dos modais, baseados em aspectos semânticos desses modais. Tentam, dessa forma, estabelecer uma espécie de "sistema dos modais".

Nesse caso encontramos o trabalho de EHRMANN¹⁹, que estuda os modais no inglês. Os auxiliares que ele considera modais são: can, could, may, might, will, would, shall, should, ought, must e, ainda, dare e need.

O trabalho se identifica, de certa forma, nesse sentido, ao trabalho de Twadell, já visto anteriormente.

Ehrmann distingue, na sua classificação, uma significação básica (basic meaning) e significações contextuais (overtones). Com isso consegue agrupar os modais de acordo com certas características comuns, constituindo-se, então, o sistema dos modais no inglês.

Trabalho idêntico é realizado por BOUMA ²⁰ para o alemão. Para Bouma können, müssen, wollen, sollen, mögen, dürfen são modais no alemão. A partir disso tenta classificá-los, estabelecendo um "sistema de modais para o alemão".

Apenas a base para esta classificação muda, com relação ao trabalho de Ehrmann. Bouma baseia-se na situação do alocutante em relação ao modal ²¹.

Ainda encontramos uma abordagem idêntica no trabalho de KONDER ²². Ela faz esta classificação para o inglês. Parte de estudos de Halliday, que considera uma Gramática Profunda, composta de um conjunto de sistemas inter-relacionados em "networks", e uma Gramática de Superfície, composta de um conjunto de estruturas.

Nesse caso a modalidade seria um sistema que permite ao falante manifestar o seu grau de convicção quanto à veracidade do conteúdo real ou hipotético de seu enunciado.

Para estabelecer o sistema dos modais no inglês, Konder argumenta que isso se deve fazer partindo de significados nucleares, significados potenciais e significados circunstanciais. Nesse particular se deve observar as relações participante/modal/processo, para que não ocorram maiores alterações.

Não analisaremos esses trabalhos com maior profundidade porque não possuem uma abordagem sintática dos modais. Eles não determinam se os modais são auxiliares ou não. Portanto, não há um interesse imediato maior que motive uma análise mais acurada ou detalhada desses trabalhos.

2.3. OS TRABALHOS LINGÜÍSTICOS E OS MODAIS NO PORTUGUÊS.

No português temos, como primeiro trabalho lingüístico a abordar os modais, o trabalho de PONTES ²³.

Nele, Pontes examina os verbos chamados de modais pelas gramáticas tradicionais como desejar, odiar, abominar, tentar, buscar, pretender, ousar, atrever-se a, saber, vir, haver de, ter que, dever, precisar, poder, ir, parecer, começar a, costumar, etc.

Restringimo-nos a analisar que ela apresenta sobre poder e dever.

Depois de apresentar uma série de critérios sintáticos, ela classifica o poder como verbo principal e não auxiliar. Segundo Pontes, poder teria um sujeito oracional, às vezes; outras vezes, um complemento oracional.

Ela apresenta o poder, em realidade, com três entradas diferentes: uma, poder₁ (=ter poder); outra, poder₂ (= ter permissão); e outra, poder₃ (= ser possível). Cada um desses verbos poder teria comportamentos sintáticos diferentes. Cremos que é mais fácil, talvez até mais simples, nesse particular, seguir a colocação de Jackendoff, considerando um sentido básico e outros sentidos epistêmicos, mantendo poder com uma entrada lexical apenas. A análise, além de nos parecer ser mais simples, é mais precisa, como observaremos no terceiro capítulo deste nosso trabalho.

Em certas situações Pontes considera o poder com comportamento sintático idêntico a mandar. Devemos observar que mandar admite sujeitos diferentes. O verbo mandar pode aparecer com um sujeito e o verbo seguinte com outro sujeito. Além disso, mandar admite uma sentença como complemento, iniciada pelo complementizador que. Isto não acontece com poder. O poder deverá ter sempre identidade de sujeito com o infinitivo seguinte, bem como não poderá aparecer em sentenças com o complementizador que:

- (30) a. Mandei-os chegar tarde.
 b. Eles mandaram que nós chegássemos tarde.
- (31) a. Eles podem chegar tarde.
 b. * Eles podem que nós cheguemos tarde.

Sintaticamente, portanto, poder não se comporta como mandar, e como tal não é argumento suficiente para considerar poder como verbo principal.

Com referência ao dever as conclusões de Pontes são idênticas àquelas sobre poder. Ela se inclina a admitir que dever seja verbo principal. Considera-o com duas entradas lexicais differentes: uma, dever₁ (=ter obrigação); a outra, dever₂ (=hipotético).

Para cada entrada lexical diferente haveria comportamentos sintáticos diferentes. Para o caso de dever₁, afirma: "De modo que não é possível ter certeza de que ele seja um verbo que admite complemento oracional e não sujeito, como parecer." (Verbos Auxiliares em Português, p. 108).

Tentemos analisar ainda como a idéia de poder e dever, com entradas lexicais diferentes, às vezes, nos pode levar à situações ambíguas. Pelo menos é o que nos parece. Para Pontes, a sentença (32)

(32) Amanhã pode haver aula.,

teria a seguinte interpretação semântica: "Alguém permite haver aula amanhã". Não concordamos plenamente com essa interpretação. Senão vejamos:

O verbo haver, na sentença (32), é impessoal, isto é, não possui sujeito. Essa impessoalidade se estende ao poder, dado o critério da identidade de sujeito. Se interpretarmos o poder como "alguém permite", estaremos admitindo automaticamente um sujeito. Este poderia ser inclusive outro qualquer. Como (33)

(33) Nós permitimos haver aula amanhã.

Além disso permitir tem comportamento sintático diferente de poder. Admite, inclusive, o complementizador que:

(34) Alguém permite que haja aula amanhã.

Parece-nos que na sentença (32) a interpretação de poder deve ser mesmo a de "ser impossível". Mas só a interpretação. É o que também acontece com sentenças como (35) e (36):

- (35) a. * Pode₂ chover.
 (* alguém permite chover)
 b. Pode₃ chover.
 (é possível chover)
- (36) a. * Pode₂ ser que ela vá.
 b. Pode₃ ser que ela vá.²⁴

Mais argumentos são apresentados por Pontes, tentando demonstrar como poder e dever são verbos principais.

Não os enumeramos, aqui, porque serão apresentados e discutidos mais adiante, no capítulo três do nosso trabalho. Assim, haveria uma repetição desnecessária.

BÁRBARA²⁵ argumenta que os modais do português não são auxiliares e sim verbos principais. Segundo ela, não há necessidade de colocarmos modal na constituição do auxiliar, já que a idéia de futuro, expressa pelo modal no inglês, pode ser expressa em português por morfemas próprios, acrescentados às formas verbais com afixos. Segundo Bárbara, ainda, "verbos pertencentes à categoria de modal, como poder, precisar, dever podem ser colocados juntamente com verbos como parecer, começar, suce

der, terminar, acontecer, convir. (Sintaxe Transformacional do Modo Verbal, p. 104).

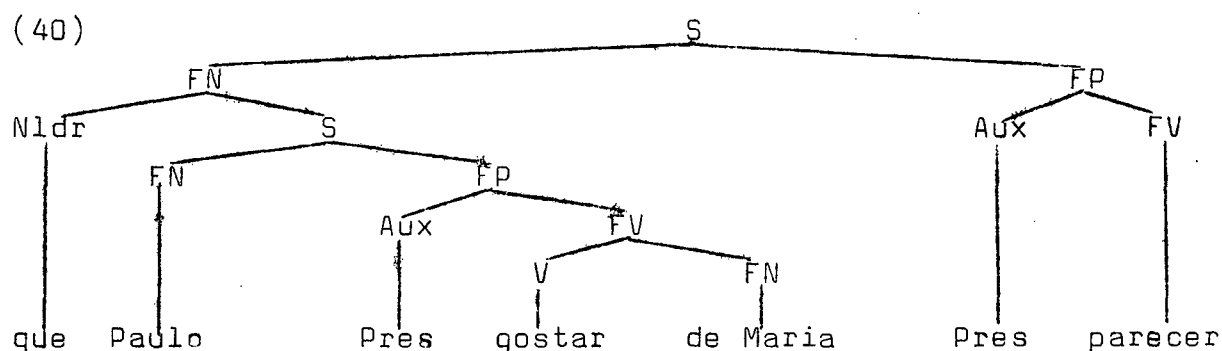
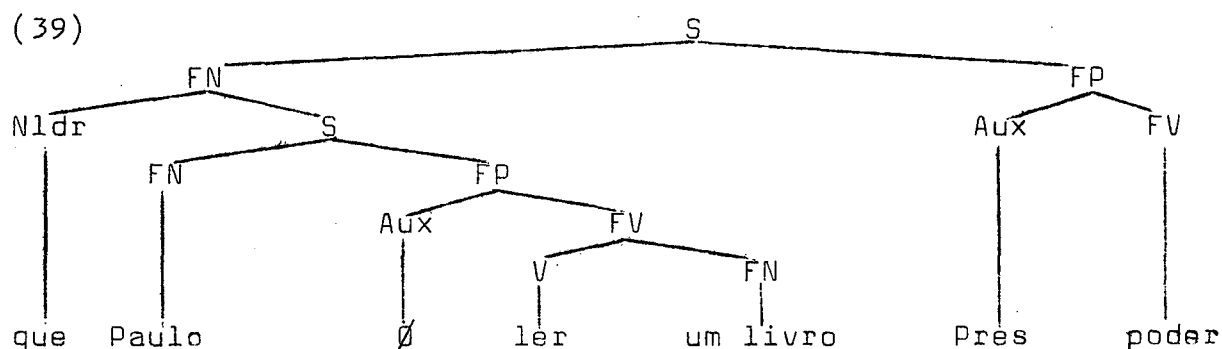
Estes verbos partilhariam a característica de poderem ter na posição de sujeito uma locução nominal que se realiza como sentença, isto é, teriam um sujeito-sentencial.

Assim, sentenças como (37) e (38) teriam estruturas profundas idênticas: ²⁶

(37) Paulo pode ler um livro.

(38) Paulo parece gostar de Maria.

Os marcadores (39) e (40) representariam respectivamente as estruturas profundas de (37) e (38):



Bárbara nos apresenta a interpretação semântica de poder, que deixamos de lado aqui. Ater-nos-emos, apenas, à parte sintática. Devemos, neste particular, formular a pergunta: Será que em sentenças com o poder, como em (37) sempre haverá o apagamento de que, para se chegar à estrutura superficial? Se isto não ocorresse sempre, poderíamos ter sentenças como:

(41) * Pode que Paulo leia um livro.

Observemos que parecer admite o complementizador:

(42) Parece que Paulo gosta de Maria.

A sentença (41) é agramatical e a (42) é gramatical. Portanto, poder e parecer não têm comportamentos sintáticos idênticos.

Por fim, veremos a obra de LOBATO ²⁷. Ela nos apresenta um quadro de auxiliantes ou auxiliares "lato sensu" e auxiliares propriamente dito ou auxiliares "strictu sensu".

Lobato nos apresenta um quadro de hierarquização de critérios ²⁸ de acordo com o que poder e dever estariam excluídos da lista de auxiliares "strictu sensu", sendo considerados apenas auxiliantes ou auxiliares "lato sensu".

Além do critério da perda semântica, que não existe nos dois modais estudados, alguns critérios sintáticos excluem poder e dever da lista dos auxiliares "strictu sensu".

Critérios como apassivação, extensão do campo de aplicação do morfema, negatização, pronominalização excluem poder e dever.

Lobato admite poder e dever com dois significados cada um. Haveria, assim, um poder₁ (=possibilidade); um poder₂ (= habilidade); um dever₁ (= probabilidade); um dever₂ (= necessidade). Certos critérios, então, excluem, digamos, poder₁ e dever₁, mas não poder₂ e dever₂, e vice-versa.

E Lobato conclui:

"A classe de auxiliares do português moderno fica assim delimitada a quatro elementos que são realmente verbos em que se processou perda semântica e que apresentam com seu auxiliado unidade semântica (um só sujeito) e funcional (indissociabilidade funcional pela negação, possibilidade de combinação com qualquer tipo de sujeito e comportamento como um todo sob a incidência de um circunstante de tempo ou de um pronome (clítico), pertencendo todos os quatro a uma classe gramatical (alta frequência média de ocorrência num texto dado, passagem obrigatória e número restrito de elementos na classe, sem possibilidade de criação de outros membros por parte do falante)." (Os verbos auxiliares em português contemporâneo - in "Análises Lingüísticas", p.77).

Os quatro verbos que seriam auxiliares "strictu sensu" são: ser (+ pp); estar (+ ger.); ter (+ pp) e haver (+ pp).

Neste trabalho pretendemos argumentar a favor da inclusão de poder e dever (+ inf). Para tal, valer-nos-emos de uma série de critérios sintáticos, empregados também por Lobato, Ross, Pontes, razão pela qual estes trabalhos voltarão a ser citados.

Em princípio, contestamos os termos auxiliares "lato sensu" e auxiliares "strictu sensu", empregados por Lobato. Acreditamos que devem ser ou "auxiliares" ou "não-auxiliares". Se há critérios, de acordo com os quais não se chega a uma definição

clara, achamos que estes critérios devem ser reavaliados, o que pretendemos fazer no final do terceiro capítulo.

Aliás, no fim do seu trabalho, Lobato deixa aberta uma certa dúvida, justamente a este respeito:

"Finalmente, queremos deixar aqui uma pergunta em aberto. Procuramos, no correr deste trabalho, aplicar critérios que são evidentemente válidos linguisticamente. Seriam também realmente pertinentes, a ponto de sua convergência conduzir a uma descrição coerente?". (Os verbos auxiliares em português contemporâneo, in "Análises Lingüísticas", p. 80).

Apreciamos, rapidamente, alguns trabalhos sobre os modais em português e em outras línguas. Pretendemos dar a nossa contribuição. Os gramáticos tradicionais não nos apresentam uma discussão satisfatória, para dar conta do problema. Entre os que abordam o problema pela gramática gerativa, também não encontramos um consenso. Há, entre eles, três grupos:

- a) os que argumentam a favor da consideração dos modais como verbos principais, com duas ou mais entradas lexicais para cada um;
- b) os que argumentam, ou consideram a priori, que os modais são auxiliares, chamando atenção, no entanto, para o aspecto semântico desses "verbos";
- c) haveria ainda um terceiro grupo, considerando os modais, às vezes como verbos principais, outras vezes auxiliares, com duas entradas lexicais também.

Pretendemos argumentar a favor da segunda posição, isto é, poder e dever serem sempre auxiliares, com apenas uma entrada lexical para cada um.

NOTAS DO SEGUNDO CAPÍTULO

1. CARNEIRO RIBEIRO, Dr. E. - Serções Grammaticais ou Nova Gramática Portuguesa, p.366.
2. ALMEIDA, N.M. - Gramática Metódica da Língua Portuguesa, p. 211 e 277.
3. BECHARA, Evanildo. - Moderna Gramática Portuguesa, pp. 134-137.
4. LIMA, R. - Gramática Normativa da Língua Portuguesa, p.381.
5. CUNHA, Celso. - Gramática do Português Contemporâneo, pp.223-224 e 259 e 267.
6. FERNANDES, Francisco. - Dicionário de Verbos e Regimes, dever p. 240; poder p. 465.
7. MACAMBIRA, J.R. - As Estruturas Morfo-Sintáticas do Português, p. 110.
8. CHOMSKY, N. - Deep Structure, Surface Structure and Semantic Interpretation, p. 62.
9. CHOMSKY, N. - Some Empirical Issues in the Theory of Transformational Grammar, p. 120.
10. TWADELL, E.T. - The English Verb Auxiliaries, p. 13.
11. Segundo Twadell haveria o seguinte sistema para o Inglês:
 - can = habilidade ou possibilidade inerente ou permanente.
 - dare = habilidade ou justificação moral inerente.
 - may = possibilidade contingente, permissão autoritativa.
 - must= necessidade inerente sob lei, moralidade, lógica.
 - need= contingência necessária sobre instrução ou sugestão.
 - ought= obrigação, programa de ação moral.
 - shall= contingência programada sobre instrução ou sugestão.
 - will = predição, futuridade inerente.
12. JACKENDOFF, R.S. - Semantic Interpretation in Generative Grammar, p. 100.
13. Usamos a numeração de Jackendoff à direita dos exemplos. Quando não aparece exemplificação é porque ela não é apresentada por J.
14. ROSS, R. - Auxiliaries as Main Verbs, pp. 77-102.
15. Opus cit.
16. Enumeramos, aqui, argumentos sem discuti-los na íntegra, já

que o faremos mais detalhadamente na discussão dos vários critérios, no terceiro capítulo.

17. The constraint seems to be that no agent in a for-to or Poss-ing complement can be identical to the subject of a higher sentence, as long as only for-to or Poss-ing sentences intervene between this agent and the subject.
18. FILLMORE, C.J.- The Case for Case, pp. 1-88.
In the basic structure of sentences, then, we find what might be called the 'proposition', a tenseless set of relationships involving verbs and nouns (and embedded sentences, if there are any), separated from what might be called the 'modality' constituent. This latter will include such modalities on the sentence-as-a-whole as negation, tense, mood, and aspect. The exact nature of the modality constituent may be ignored for our purposes. It is likely, however, that certain 'cases' will be directly related to the modality constituent as others are related to the proposition itself, as for example certain temporal adverbs. (p. 23)
19. EHRMANN, M. - The Meaning of the Modals in Present-Day American English.
20. BOUMA, L. - The Semantics of the Modal Auxiliaries in Contemporary German .
21. Para tal se vale de alguns critérios sintáticos como: negação e o pronome que acompanha o Modal, vistos no sentido de sua ação sobre o modal.
22. KONDER, R.W. - Proposições para uma Abordagem Semântica dos Modais.
23. PONTES, E. - Verbos auxiliares em Português.
24. Nesse particular, parece que a autora se vale muito da colocação de Ruwet in "Introdução à Gramática Gerativa", p.166) "Definitivamente, o caráter modal de pouvoir e de devoir como de vouloir, etc) é em francês de ordem puramente semântica. Ele não justifica que estes verbos recebam um tratamento sintático especial, que os dissociaria radicalmente dos outros verbos transitivos. Numa gramática gerativa, todos eles serão pois engendrados como membros da classe V e seus traços particulares, semânticos e sintáticos, serão especificados no léxico (cf. Chomsky, 1965 a, e abaixo, Cap. V § 4)". Seguindo estas colocações de Ruwet, chegamos apenas a uma série de problemas sintáticos, como veremos nas

que o faremos mais detalhadamente na discussão dos vários critérios, no terceiro capítulo.

17. The constraint seems to be that no agent in a for-to or Poss-ing complement can be identical to the subject of a higher sentence, as long as only for-to or Poss-ing sentences intervene between this agent and the subject.
18. FILLMORE, C.J.- The Case for Case, pp. 1-88.
In the basic structure of sentences, then, we find what might be called the 'proposition', a tenseless set of relations involving verbs and nouns (and embedded sentences, if there are any), separated from what might be called the 'modality' constituent. This latter will include such modalities on the sentence-as-a-whole as negation, tense, mood, and aspect. The exact nature of the modality constituent may be ignored for our purposes. It is likely, however, that certain 'cases' will be directly related to the modality constituent as others are related to the proposition itself, as for example certain temporal adverbs. (p. 23)
19. EHRMANN, M. - The Meaning of the Modals in Present-Day American English.
20. BOUMA, L. - The Semantics of the Modal Auxiliaries in Contemporary German .
21. Para tal se vale de alguns critérios sintáticos como: negação e o pronome que acompanha o Modal, vistos no sentido de sua ação sobre o modal.
22. KONDER, R.W. - Proposições para uma Abordagem Semântica dos Modais.
23. PONTES, E. - Verbos auxiliares em Português.
24. Nesse particular, parece que a autora se vale muito da colocação de Ruwet in "Introdução à Gramática Gerativa", p.166) "Definitivamente, o caráter modal de pouvoir e de devoir como de vouloir, etc) é em francês de ordem puramente semântica. Ele não justifica que estes verbos recebam um tratamento sintático especial, que os dissociaria radicalmente dos outros verbos transitivos. Numa gramática gerativa, todos eles serão pois engendrados como membros da classe V e seus traços particulares, semânticos e sintáticos, serão especificados no léxico (cf. Chomsky, 1965 a, e abaixo, Cap. V § 4)". Seguindo estas colocações de Ruwet, chegamos apenas a uma série de problemas sintáticos, como veremos nas

nossas argumentações no terceiro capítulo.

25. BÁRBARA, L. - Syntaxe Transformacional do Modo Verbal, pp.103-106.

26. Colocação idêntica é a de Jean Dubois em "Grammaire Structural du Française - La phrase et les transformations", pp.120-121, para sentenças como:

(a) Pierre peut arriver demain.

(b) Pierre désire arriver demain.

Estas duas sentenças teriam estruturas profundas idênticas. Para o caso de (a) teríamos, ou:

(c) Pierre arrivera demain. Pierre peut cela (est capable de).,

em que haveria a nominalização da primeira proposição, depois da transformação infinitiva (pela identidade do sujeito entre as duas proposições);

ou:

(d) Pierre arrivera demain. Cela peut être.
que dará

(e) Que Pierre arrive demain. Cela peut être.,

que, por sua vez, de acordo com a transformação aplicada porá dar

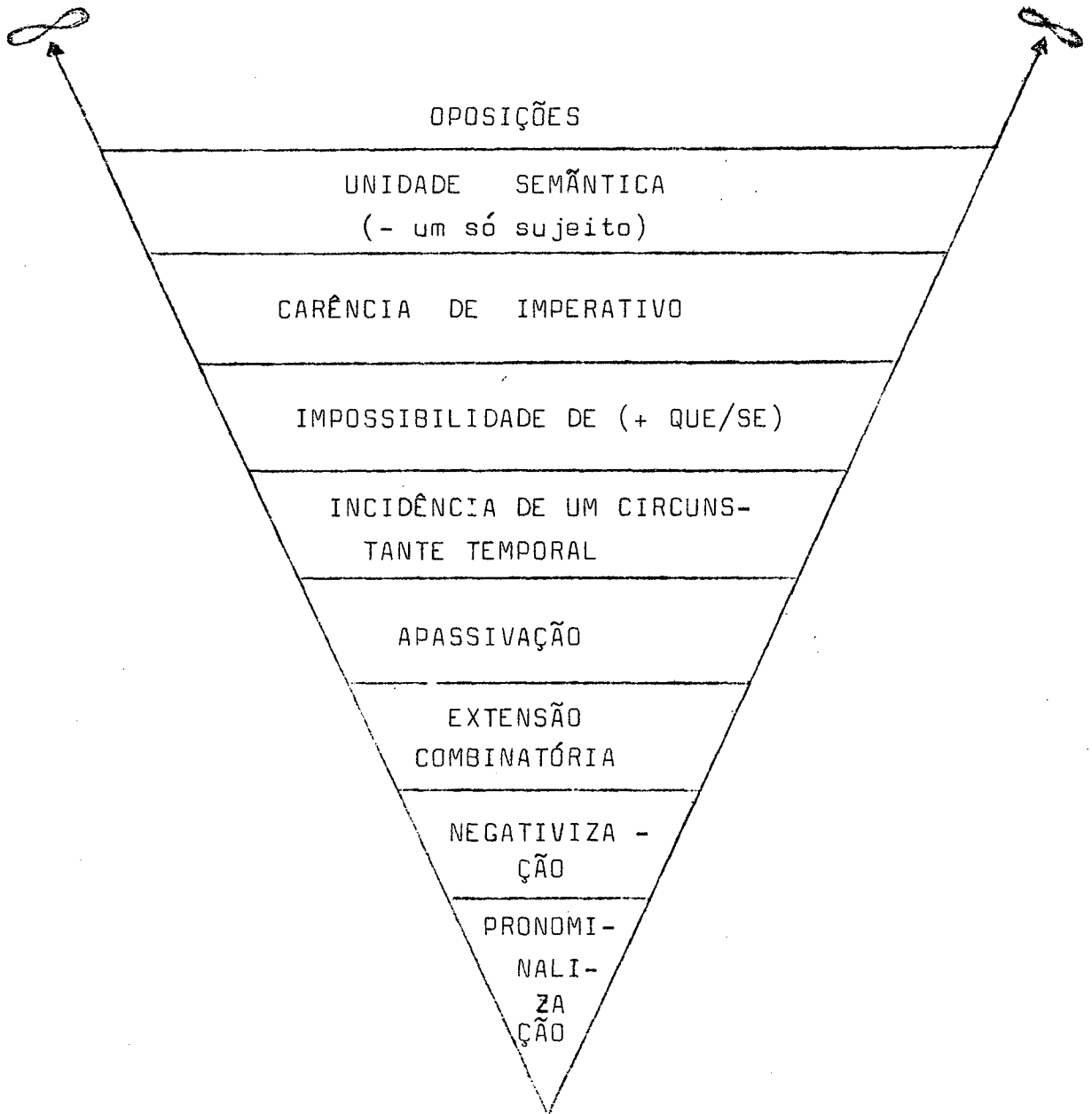
(f) Il se peut que Pierre arrive demain.

ou então (pela nominalização infinitiva):

(g) Pierre peut arriver demain.

27. LOBATO, L.M.P. - Os verbos auxiliares em Português Contemporâneo. Critério de Auxiliaridade, pp. 27-91.

28. Este quadro é o apresentado na figura seguinte (opus cit, p. 79):



3. OS AUXILIARES MODAIS PODER E DEVER

Observamos, na análise dos trabalhos apresentados por Eunice Pontes, Leila Bárbara e Maria Lúcia P. Lobato, que poder e dever são considerados verbos principais. Segundo esses trabalhos, haveria um encaixe de uma sentença como complemento dos dois modais. Outras vezes eles teriam uma outra sentença como sujeito.

Assim, poder e dever seriam, às vezes transitivos diretos, ou indiretos; outras vezes, intransitivos.

Em grande parte, a base teórica é o trabalho de Ross, que apresentamos anteriormente neste trabalho. Vimos que Ross tenta demonstrar, através de uma série de critérios sintáticos, que can, will, may, shall, must são verbos principais, não auxiliares no inglês.

Neste trabalho tentaremos demonstrar o contrário no português, aplicando uma série de critérios sintáticos.

Baseamo-nos, como já dissemos, em trabalhos de Chomsky e Jackendoff. Partimos do princípio de que existe um sentido básico para os dois modais, havendo outros sentidos interpretáveis secundariamente. Sintaticamente, no entanto, o comportamento dos dois sempre é o mesmo.

3.1. CRITÉRIOS DE AUXILIARIDADE DE PODER E DEVER.

3.1.1. COLOCAÇÃO ANTES DE INFINITIVO

Poder e dever sempre aparecem antes de outro verbo que está no infinitivo. Para que pudéssemos comprovar melhor este aspecto sintático, efetuamos um levantamento entre alunos universitários que nos forneceu um corpus que está em anexo (anexo I) a este trabalho.

Algumas das sentenças apresentadas, em que se observa a colocação do poder e do dever antes de infinitivo, são:

- (1) Se tu pudesses trazer o livro, eu agradeceria.
- (2) Não poderei ajudar-te na decoração do clube.
- (3) Ele pode passar as férias na praia.
- (4) Caso não souberes, podes me perguntar.
- (5) Luísa poderá ser feliz com ele.
- (6) Devemos fazer todo o trabalho, ainda hoje.
- (7) Você deveria ter consultado seu pai.
- (8) O povo deve respeitar as leis.

- (9) Ele deveria chegar bem cedo ao cinema para entender o filme.
 (10) Deveríamos cuidar de nossa saúde.

Como podemos observar, nestas sentenças poder e dever aparecem antes de verbo no infinitivo. Há, no entanto, sentenças assim:

- (11) Sempre que posso, cumpro com meu dever.
 (12) O rei pode tudo.
 (13) Ele pode comigo.
 (14) Você me deve uma jóia.
 (15) Eu devo tudo a você.
 (16) Pedro deve muito aos pais.

Nas sentenças de (11) a (16) o infinitivo não aparece na estrutura superficial, embora possa ocorrer. Em sentenças desse tipo, no entanto, o infinitivo deve estar presente na estrutura profunda. Assim, parece-nos, as estruturas profundas para sentenças como (11)-(16) devem ser respectivamente (17)-(22):

- (17) Sempre que posso (cumprir com meu dever), cumpro com meu de ver.
 (18) O rei pode (fazer, organizar, comprar, combater, etc) tudo.
 (19) Ele pode (lutar, debater, brigar, discutir, etc) comigo.
 (20) Você deve (devolver, pagar, dar, restituir, etc) uma jóia para mim.
 (21) Eu devo (agradecer, pagar, devolver, etc) tudo a você.
 (22) Pedro deve (devolver, pagar, agradecer, etc) muito aos pais.

Assim, nessas sentenças, os verbos principais podem ser apagados através de uma transformação opcional, desde que is so não incurra em prejuízo para a compreensão da sentença. Assim sendo, o apagamento só se efetua quando a situação o permitir. Tentaremos demonstrar, mais adiante, quando o apagamento pode ser efetuado.

É de se observar que a própria LN-complemento (tudo, comigo, uma jóia-para mim, tudo-a você, muito-aos pais) está li gada ao verbo apagado e não ao modal.

Por exemplo, em (18) só podem ter sido apagados verbos que admitam objeto direto, como é o caso de fazer, organizar, comprar, etc. Em (19) só podem ter sido apagados verbos que admitam complemento precedido da preposição com, como é o caso de lutar, debater, discutir, etc. A estrutura profunda para a sentença (12) não poderia ser nem (23) nem (24):

- (23) O rei pode lutar tudo (com alguém).

(24) O rei pode discutir tudo (com alguém).

Da mesma forma a estrutura de que deriva a sentença (13) não poderia ser nem (25), nem (26):

(25) * Ele pode organizar comigo.

(26) * Ele pode comprar comigo.

Assim sendo, o aparente complemento de poder e dever na realidade é o complemento de um verbo principal apagado a - través de uma transformação.

Na sentença (11) existe o apagamento para se evitar a repetição da expressão " cumprir com meu dever" na estrutura su perficial, repetição essa desnecessária e inclusive agramatical.

Sentenças do tipo (14)-(16) procuraremos discutir melhor no final deste capítulo.

3.1.2. USO DO VERBO COM O COMPLEMENTIZADOR QUE.

Se um determinado verbo pode aparecer com o complementizador que, ou então pode aparecer com sentenças de-que, ele não é auxiliar e sim principal, havendo então uma sentença encaixada numa outra sentença superior ¹.

É o que podemos observar nas sentenças seguintes:

(27) Ele quer passar as férias na praia.

(28) Ele parece passar as férias na praia.

(29) Ele mandou-nos passar as férias na praia.

(30) Ele disse passar as férias na praia.

Podemos ter sentenças do seguinte tipo:

(31) Ele quer que passemos as férias na praia.

(32) Parece que ele passa as férias na praia.

(33) Ele mandou que nós passássemos as férias na praia.

(34) Ele disse que passaria as férias na praia. ²

Isto não é possível com poder e dever, mesmo que haja mudança de LN-sujeito na "possível sentença encaixada", como é necessário para alguns verbos acima (querer, por exemplo). Compararemos os exemplos:

(35) Ele pode passar as férias na praia.

(36) Ele deve passar as férias na praia.

Uma sentença com o complementizador que não será possível. Assim, sentenças (37) e (38) são agramaticais:

(37) a. * Ele pode que passe as férias na praia.

(37) b. * Ele pode que nós passemos as férias na praia.

(38) a. * Ele deve que passa as férias na praia.

b. * Ele deve que nós passemos as férias na praia.

Às vezes, chega-se a uma certa aceitabilidade de sentenças como:

(39) * Pode que ele passe as férias na praia.

A sentença, no entanto, é agramatical. O que acontece é um apagamento impróprio do infinitivo ser. A sentença será gramatical se dissermos:

(40) Pode ser que ele passe as férias na praia,

aparecendo, então, o infinitivo ser, e o seu complementizador que³.

3.13. ADMISSÃO DE LN-SUJEITO DIFERENTE PARA O MODAL E O INFINITIVO.

O verbo, não sendo auxiliar, admite LN_s-sujeito diferentes numa e noutra sentença:⁴

(41) a. Eu quero visitá-la amanhã.

b. Eu quero que você a visite amanhã.

(42) a. Eu mandei-os visitá-la amanhã.

b. Eu mandei que eles visitassem você amanhã.

Quando tivermos poder e dever, esta construção não será possível:

(43) a. Eu posso visitá-la amanhã.

b. * Eu posso nós a visitamos amanhã.

c. * Eu posso que nós a visitemos amanhã.

d. Eu devo visitá-la amanhã.

e. * Eu devo nós a visitarmos amanhã.

f. * Eu devo que nós a visitemos amanhã.

Concluimos, pois, que a LN-sujeito para poder e dever e também para visitar deve ser a mesma.

3.1.4. EMPREGO DO SUBJUNTIVO.

O emprego do subjuntivo na sentença encaixada demonstra-nos que estamos diante de verbos principais. Segundo Quicoli⁵, o subjuntivo só pode ocorrer numa sentença encaixada. Assim, se poder e dever fossem verbos principais e o infinitivo

constituísse uma sentença encaixada, deveria haver a possibilidade de esse infinitivo ser substituído por subjuntivo, como acontece com (44):

(44) Eu quero que você saia.,

onde existe uma sentença encaixada com o verbo no subjuntivo (saia). Dessa maneira querer não é auxiliar. Ele não resiste a este critério. Com poder e dever não acontece o mesmo:

(45) a. * Eu posso que você saia.

b. * Eu devo que você saia.

Como já observamos anteriormente, a construção como em (45) é impossível, já que aparece o complementizador que. Será menos possível ainda com a substituição do infinitivo por uma forma subjuntiva, depois dos dois modais ⁶.

Em verdade, os itens 3.1.1., 3.1.2., 3.1.3. e 3.1.4. implicam no mesmo argumento. Um é decorrente do outro. Quando houver identidade de sujeito, automaticamente o segundo "verbo" estará no infinitivo, não aparecendo o complementizador que. E desta maneira não haverá a possibilidade de aparecer o verbo no subjuntivo.

3.1.5. EMPREGO DOS CLÍTICOS.

O critério baseia-se no seguinte: Se tivermos um clítico substituto de objeto indireto (= lhe, me, te, etc) e objeto direto (= o, a, etc), este clítico (lho, mo, etc) não pode passar de uma sentença encaixada para a sentença matriz. Portanto, se tivermos dois verbos principais (e conseqüentemente duas sentenças) este lho não poderá ser transportado para antes do primeiro verbo. No entanto, se tivermos um auxiliar e um verbo principal (conseqüentemente uma sentença apenas) a passagem do clítico lho para antes do auxiliar pode ocorrer.

Este critério é usado por Lobato ⁷ para demonstrar que poder e dever não são auxiliares strictu sensu. Quicoli ⁸ também faz uso deste critério para demonstrar que parecer é verbo principal e não auxiliar.

As sentenças empregadas por Quicoli são as seguintes ⁹:

(46) a. ? Remo havia dado os livros para mim.

b. Remo mos (me + os) havia dado.

Se os dois clíticos, no caso, ficarem separados, haverá sentenças agramaticais:

- (47) a. * Remo me havia os dado.
 b. * Remo os havia me dado.

Ocorrendo parecer, no entanto, temos sentenças como

(48):

(48) Remo me parece tê-los dado,

onde os clíticos aparecem separados. Mais ainda, se elas aparecerem juntos ocorrerá uma sentença agramatical:

(49) * Remo mos parece ter dado.

Daí se conclui que parecer é verbo principal e haver, auxiliar.

Observemos o comportamento de poder e dever. Tentaremos verificar se é possível a incidência de lhe/lho sobre os dois modais ¹⁰.

(50) Maria deve vender o livro ao menino.

(51) Maria deve vender-lho.

(52) ? Maria deve lho-vender.

(53) ? Maria deve-lho vender.

(54) Maria lho deve vender.

(55) Maria pode vender o livro ao menino.

(56) Maria pode vender-lho.

(57) ? Maria pode lho-vender.

(58) ? Maria pode-lho vender.

(59) Maria lho pode vender.

As sentenças de (50) a (59) merecem uma análise mais acurada. Aquelas sentenças que revelam certa dúvida (?) devem ser verificadas, não em termos de passagem do clítico de um NÓ-S a outro, mas sim em função de sua posição na sentença toda. Por exemplo, se apenas usamos o clítico lhe, deixando o livro sem ser substituído, teríamos:

(60) a. Maria lhe deve vender o livro.

b. Maria lhe pode vender o livro.

Ou então:

(61) a. ? Maria deve-lhe vender o livro.

b. ? Maria pode-lhe vender o livro.

Se (61a) e (61b) forem agramaticais não será em função do lhe ter passado de um NÓ-S para outro, mas sim em função de sua posição após dever e poder. É um problema típico do português. Vejamos em outra sentença:

(62) a. Maria comprou o caderno.

- (62) b. Maria o comprou.
 c. ? Maria comprou-o.
- (63) a. Maria deu um livro a ele.
 b. ? Maria deu-lho.
 c. Maria lho deu.
- (64) a. Maria havia dado um livro a ele.
 b. ? Maria havia dado-lhe.
 c. ? Maria havia-lho dado.
 d. Maria lho havia dado.

Assim, se na estrutura superficial a LN-sujeito é expressa, normalmente o clítico passa para antes do verbo. Assim a gramaticalidade de (61a) e (61b) é incontestável¹¹.

Podemos, também, fazer o inverso. Isto é, substituímos apenas a LN o livro por o, deixando ao menino sem ser substituído. Novamente teremos sentenças gramaticais. Assim:

- (65) a. Maria o deve vender ao menino.
 b. Maria o pode vender ao menino.

Ou, então, com o o depois de poder e dever:

- (66) a. ? Maria deve-o vender ao menino.
 b. ? Maria pode-o vender ao menino.

Novamente, restrições à aceitabilidade de (66a) e (66b) são devidas ao posicionamento do o. Eliminando Maria (o que é possível em português) elas serão aceitas perfeitamente. O mesmo se dará com (61a) e (61b):

- (67) a. Deve-o vender ao menino.
 b. Pode-o vender ao menino.
- (68) a. Deve-lhe vender o livro.
 b. Pode-lhe vender o livro.

Vejamos se o mesmo poderia acontecer com o verbo parecer:

- (69) a. Remo me parece ter dado os livros (a alguém).
 b. * Remo os parece ter dado para mim.

A gramaticalidade e aparente forma idêntica de (69a) parece dizer que existe comportamento sintático idêntico ao de poder e dever. No entanto, isso não é o caso. Quicoli¹² observa isso ao mostrar como não são sinônimas as sentenças do tipo:

- (70) a. Remo me parece tê-los dado (os livros)¹³.
 b. Remo parece ter-mos dado.

Segundo Quicoli, (70a) e (70b) têm estruturas profun-

das diferentes. Portanto, o me que aparece em (69a) não é o mesmo me, substitutivo de para mim da sentença (46a). Como Quicoli demonstra que parecer é verbo principal e como poder e dever não se comportam da mesma maneira que parecer em relação aos clíticos, podemos, por enquanto, concluir que eles não são verbos principais ¹⁴.

Há verbos como querer e pretender, que não resistem à prova do complementizador. No entanto, parecem comportar-se de maneira idêntica a poder e dever no caso dos clíticos. Senão vejamos:

- (71) a. Eu quero dar o livro a você.
 b. Eu quero dar-lho.
 c. Eu quero lho-dar.
 d. ? Eu quero-lho dar.
 e. Eu lho quero dar.
- (72) a. Eu quero dá-lo a você.
 b. Eu quero o-dar a você.
 c. ? Eu quero-o dar a você.
 d. Eu o quero dar a você.
- (73) a. Eu quero dar-lhe o livro.
 b. Eu quero lhe-dar o livro.
 c. ? Eu quero-lhe dar o livro.
 d. Eu lhe quero dar o livro.
- (74) a. Eu pretendo dar o livro a você.
 b. Eu pretendo dar-lho.
 c. Eu pretendo lho-dar.
 d. ? Eu pretendo-lho dar.
 e. Eu lho pretendo dar.
- (75) a. Eu pretendo dar-lhe o livro.
 b. Eu pretendo lhe-dar o livro.
 c. ? Eu pretendo-lhe dar o livro.
 d. Eu lhe pretendo dar o livro.
- (76) a. Eu pretendo dá-lo a você.
 b. Eu pretendo o-dar a você.
 c. ? Eu pretendo-o dar a você,
 d. Eu o pretendo dar a você.

Não nos parece, no entanto, ser razão suficiente para excluir poder e dever do rol dos auxiliares. Antes poderemos incluir os verbos querer e pretender entre os auxiliares. Já observamos anteriormente que querer admite identidade de sujeito. Isto também acontece com pretender. Assim, querer e pretender poderão ter a mesma LN-sujeito que o infinitivo seguinte. Se não

houver a identidade de sujeito, deve aparecer o complementizador que:

- (77) a. João quer dar o livro a você.
 b. João lho quer dar.
- (78) a. João quer que Paulo dê o livro a ele.
 b. * João lho quer que Paulo dê.
 c. João quer que Paulo lho dê.¹⁵

Havendo o complementizador que o lho poderá aparecer somente depois do querer, e não antes.

Há, portanto, outros verbos, como querer e pretender, que se comportam de maneira idêntica a poder e dever quanto à transportabilidade dos clíticos.

Sugerimos que estes verbos sejam analisados mais acuradamente se são auxiliares ou verbos principais, nessas situações. Isso, no entanto, não deve invalidar a discussão aqui apresentada com relação a poder e dever.

Discussão idêntica poderá ser apresentada também para o verbo ir + inf, em que existe o mesmo problema¹⁶. Dever-se-ia fazer o mesmo com o ir, isto é, tudo que sugerimos para a análise de querer e pretender deveria ser feito também para a análise de ir.

Levemos a discussão um pouco adiante. Vimos em (70a) e (70b) que as sentenças

- (70) a. Remo me parece tê-los dado (a alguém).
 b. Remo parece ter-mos dado.

não são sinônimas.

Observemos o comportamento de poder e dever nesse sentido:

- (79) a. João pode ter dado o livro a mim.
 b. João mo pode ter dado.
 c. ? João me pode tê-lo dado.
 d. * João me pode ter-mo dado.

Se em (70) tivemos duas sentenças gramaticais, mas não sinônimas, em (79c) temos uma sentença aparentemente agramatical, enquanto que a sentença (79d) é agramatical de fato. Não existe, portanto, para poder, e conseqüentemente para dever, a possibilidade de separar os clíticos e muito menos de repeti-los. Isto nos parece ser um argumento bastante forte a favor da argumentação de que poder e dever são auxiliares e não verbos principais.

Concluimos que poder e dever não se comportam como querer, pretender e parecer com relação aos clíticos ¹⁷. Eventualmente, quando há identidade de sujeito, querer e pretender e ainda ir têm comportamento parecido ao de poder e dever. Mas só quando há identidade de sujeito.

Quanto ao parecer, já vimos que não se comporta como dever e poder, nem quando há identidade de sujeito. Ele sempre se comporta como verbo principal, como bem o demonstra Quicoli.¹⁸

3.1.6. SUBSTITUIÇÃO DO AUXILIADO POR UM PRONOME.

Esse critério é assim definido ¹⁹:

"Consiste em determinar se o auxiliado é ou não substituível por pronome. Em caso afirmativo, os dois verbos seriam principais sendo o infinitivo uma nominalização. Em caso contrário, ter-se-ia uma só sentença, sendo o verbo flexionado um auxiliar."

Ross faz uso de argumento idêntico, para demonstrar a inexistência de verbos auxiliares no inglês ²⁰.

Em princípio, aplicando esse critério, de fato parece que podemos chegar à conclusão de que não há verbos auxiliares. Assim, nem ser, como auxiliar de passiva, nem ter, haver e estar seriam auxiliares ²¹.

(80) O livro foi comprado por Paulo, mas o caderno não o foi.

(81) Paulo tinha comprado o livro, mas Pedro não o tinha.

(82) Paulo havia comprado o livro, mas Pedro não o havia.

(83) Paulo está comprando o livro, mas Pedro não o está. ²²

Observemos bem as sentenças (80)-(83). Parece-nos que elas não podem receber tratamento igual. (80), por exemplo, é diferente de (81)-(83).

O o de (81)-(83) substitui, na realidade, o livro. Assim, podemos ter sentenças como:

(84) Paulo tinha comprado o livro, mas Pedro não o tinha comprado.

(85) Paulo havia comprado o livro, mas Pedro não o havia comprado.

(86) Paulo está comprando o livro, mas Pedro não o está comprando.

Se o o substituísse comprando ou comprado as construções (84)-(86) não seriam possíveis, já que haveria a repetição de termos com o mesmo significado, isto é, o o estaria substituindo comprando o livro e comprado o livro, mas haveria a repe

tição de comprado e comprando.

No caso da sentença (80) o comportamento é diferente. Sentenças como (87) não seriam possíveis:

(87) * O livro foi comprado por Paulo, mas o caderno não o foi comprado.

Neste caso, parece que o o de fato substitui comprado por Paulo. Devemos notar, no entanto, que o ser como auxiliar não é elemento de estrutura profunda, apenas de estrutura superficial, introduzido por uma transformação (a transformação passiva).

Podemos, no entanto, ter uma sentença como (88), em que não aparece o o:

(88) O livro foi comprado por Paulo, mas o caderno não foi. ²³

Sugerimos, ainda, outra explicação para o aparecimento de o nas sentenças (81)-(83). Vejamos as sentenças (89)-(91):

(89) Paulo tinha comprado o livro, mas Pedro não o tinha feito.

(90) Paulo havia comprado o livro, mas Pedro não o havia feito.

(91) Paulo está comprando o livro, mas Pedro não o está fazendo.

Nessas sentenças deve haver uma transformação que introduz fazer isso, recebendo o fazer a flexão de comprar (isto é, ou progressivo, ou particípio) e em que o isso substitui comprar o livro. Através de outra transformação, isso é substituído por o e transposto para antes de ter, haver, estar. Eventualmente pode ser aplicada uma outra transformação de apagamento do fazer, dando então as sentenças (81)-(83) ²⁴.

Como observamos em (84)-(86) o o não substitui o verbo no particípio ou no progressivo (gerúndio), mas apenas o complemento desses verbos (O livro).

O que acontece então, é que nessas sentenças, além dessa substituição, efetua-se um apagamento do particípio ou do progressivo. Em (81) é apagado comprado, em (82) comprado e em (83) comprando. A estrutura profunda de uma sentença como (81), seria então aproximadamente a seguinte:

(92) Paulo ter-PP comprar o livro/mas/Pedro não ter-PP comprar o livro ,

sobre o que são aplicadas as seguintes transformações:

a) pronominalização de o livro (por ele)

b) transferência desse pronome (ele) para antes de ter-PP

c) apagamento de comprar + PP.

O mesmo é válido para (82) e (83). Ter, haver, estar devem ser considerados, dessa forma, auxiliares.

Observemos o que acontece com poder e dever:

(93) Paulo pode comprar o livro, mas Pedro não o pode.

(94) Paulo deve comprar o livro, mas Pedro não o deve.

Podemos ter, ainda, sentenças como:

(95) Paulo pode comprar o livro, mas Pedro não o pode comprar.

(96) Paulo deve comprar o livro, mas Pedro não o deve comprar.

Ou, então, sentenças como:

(97) Paulo pode comprar o livro, mas Pedro não o pode fazer.

(98) Paulo deve comprar o livro, mas Pedro não o deve fazer.

Observamos que poder e dever se comportam da mesma maneira que ter, haver, estar, logo podendo ser considerados auxiliares.

Aparentemente, temos outros problemas nesse sentido. Senão vejamos os exemplos seguintes: ²⁴

(99) a. Paulo já tinha ido embora, mas Pedro não o tinha.

b. Paulo tinha trabalhado, mas Pedro não o tinha.

(100) a. Paulo já estava indo embora, mas Pedro não o estava.

b. Paulo estava trabalhando, mas Pedro não o estava.

(101) a. Paulo já podia ter ido embora, mas Pedro não o podia.

b. Paulo podia ter trabalhado, mas Pedro não o podia.

(102) a. Paulo já devia ter ido embora, mas Pedro não o devia.

b. Paulo devia ter trabalhado, mas Pedro não o devia.

(103) a. Paulo já podia ir embora, mas Pedro não o podia.

b. Paulo podia trabalhar, mas Pedro não o podia.

(104) a. Paulo já devia ir embora, mas Pedro não o devia.

b. Paulo devia trabalhar, mas Pedro não o devia.

Nas sentenças (99)-(104) temos como verbos principais ir e trabalhar que não possuem complemento (objeto direto) como o tem comprar. Mesmo assim, a construção com o o também é possível, na segunda sentença. As sentenças acima nos demonstram isso.

A supressão do o, em (99)-(104) seria possível sem prejudicar a compreensão da sentença e sem fazer com que essa sentença se torne agramatical:

(105) a. Paulo já tinha ido embora, mas Pedro não tinha.

b. Paulo tinha trabalhado, mas Pedro não tinha.

- (112) c. Paulo estava trabalhando, mas Pedro não estava fazendo isso.
- e. Paulo já podia ir embora, mas Pedro não podia fazer isso.
- f. Paulo podia trabalhar, mas Pedro não podia fazer isso.
- g. Paulo devia ir embora, mas Pedro não devia fazer isso.
- h. Paulo devia trabalhar, mas Pedro não devia fazer isso.

Aplicando sobre essa estrutura (110b) obteremos (113):

- (113) a. * Paulo já tinha ido embora, mas Pedro não tinha feito o.
- b. * Paulo tinha trabalhado, mas Pedro não tinha feito o.
- c. * Paulo já estava indo embora, mas Pedro não estava fazendo o.
- d. * Paulo estava trabalhando, mas Pedro não estava fazendo o.
- e. * Paulo já podia ir embora, mas Pedro não podia fazer o.
- f. * Paulo podia trabalhar, mas Pedro não podia fazer o.
- g. * Paulo já devia ir embora, mas Pedro não devia fazer o.
- h. * Paulo devia trabalhar, mas Pedro não devia fazer o.

Aplicando, obrigatoriamente, sobre (113) a transformação (110c) teremos:

- (114) a. Paulo já tinha ido embora, mas Pedro não o tinha feito.
- b. Paulo tinha trabalhado, mas Pedro não o tinha feito.
- c. Paulo já estava indo embora, mas Pedro não o estava fazendo.
- d. Paulo estava trabalhando, mas Pedro não o estava fazendo.
- e. Paulo já podia ir embora, mas Pedro não o podia fazer.
- f. Paulo podia trabalhar, mas Pedro não o podia fazer.
- g. Paulo já devia ir embora, mas Pedro não o devia fazer.
- h. Paulo devia trabalhar, mas Pedro não o devia fazer.

Aplicando sobre (114) a transformação (110d) obteremos as sentenças em (99)-(104) ²⁵.

A transformação de introdução de fazer isso só é possível quando o verbo principal for de ação ou movimento. Assim, quando o verbo principal indicar "um acontecimento" poderemos introduzir acontecer isso, ou então se o verbo for ter ou ser, não poderemos introduzir outro verbo, isto é, não poderá aparecer nem fazer isso, nem acontecer isso. Vejamos os casos.

- (115) a. Amanhã pode chover. Hoje pode chover também.
 b. Naquele tempo ela podia ter quinze anos. Hoje a filha dela pode ter quinze anos também. ²⁶
 c. Pedro pode ser velho. Paulo pode ser velho também.

Poderemos dizer como em (116), mas não como em (117):

- (116) a. Amanhã pode chover. Hoje pode acontecer o mesmo.(ou is so).
 b. Naquele tempo ela podia ter quinze anos. Hoje a filha dela pode ter o mesmo (ou isso).
 c. Pedro pode ser velho. Paulo pode ser o mesmo (ou isso).
 (117) a. Amanhã pode chover. * Hoje pode fazer o mesmo.
 b. Naquele tempo ela podia ter quinze anos. * Hoje a filha dela pode fazer o mesmo.
 c. Pedro pode ser velho. * Paulo pode fazer o mesmo.

Com tudo isso demonstramos que o pronome o não substitui o verbo auxiliado que segue logo ao auxiliar. O pronome o, de fato, substitui o complemento do verbo auxiliado, quando ele é verbo transitivo. Quando o verbo auxiliado for verbo intransitivo o o vai substituir esse verbo auxiliado, mas agora como complemento de um verbo como fazer ou acontecer, introduzidos anteriormente por uma transformação. Dessa maneira, o verbo auxiliado já não é mais o auxiliado dos auxiliares, mas sim o complemento sentencial de fazer ou acontecer. É esse fazer ou acontecer que se tornou o auxiliado. ²⁷

3.1.7. O PRONOME o COMO PRO-S.

Outra maneira de empregar a pronominalização como critério de verificação de auxiliaridade ou não, "consiste em considerar, de um lado, o pronome o como um pronome sentencial ou pro-S e, de outro em observar as posições que esse pronome pode ocupar nas sentenças" ²⁸.

Temos sentenças como:

- (118) a. Ele crê que deves cuidar do teu irmão.
 b. Ele sabe que deves cuidar do teu irmão.
 c. Ele pensa que deves cuidar do teu irmão.
 d. Ele disse que deves cuidar do teu irmão.
 (119) a. Ele o crê.
 b. Ele o sabe.
 c. Ele o pensa.
 d. Ele o disse.

Mesmo havendo uma completiva-infinitiva, o mesmo comportamento é possível:

- (120) a. Ele *crê* *dever* cuidar do irmão.
 b. Ele *sabe* *dever* cuidar do irmão.
 c. Ele *pensa* *dever* cuidar do irmão.
 d. Ele *disse* *dever* cuidar do irmão.

As sentenças (118a-d) são sinônimas de (119a-d), respectivamente. Da mesma forma (120a-d) são sinônimas de (119a-d) respectivamente, havendo em (119) a pronominalização da sentença ele *dever* cuidar do irmão.

Verificamos, dessa forma, que com *crer*, *saber*, *pensar* e *dizer* o pronome o substitui toda uma sentença encaixada. Observemos o que acontece com *poder* e *dever* em tal situação ²⁹.

- (121) a. Tu *podes* cuidar do irmão.
 b. Tu *o* *podes*.
 c. Tu *deves* cuidar do irmão.
 d. Tu *o* *deves*.

As sentenças (121b) e (121d) sofrem certas restrições quanto a sua aceitação. Em parte se deve isso à falta de uso da pronominalização desse tipo no português do Brasil. Mas, em parte, também pode ser devido a um apagamento do verbo principal, ou então devido ao apagamento de um verbo introduzido (como o verbo *fazer*) através de uma transformação, que permitiria um apagamento posterior do verbo principal.

Assim, sentenças como:

- (122) a. Tu *o* *podes* *fazer*.
 b. Tu *o* *deves* *fazer*.

não sofrem as mesmas restrições de (121b) e (121d) quanto a sua aceitabilidade. É fato idêntico ao que acontece com *estar* e *ter*:

- (123) a. Tu *estás* *cuidando* do irmão.
 b. Tu *tens* *cuidado* do irmão.

que não admitem as formas em (124)

- (124) a. * Tu *o* *estás*.
 b. * Tu *o* *tens*.

mas apenas as em (125):

- (125) a. Tu *o* *estás* *fazendo*.
 b. Tu *o* *tens* *feito*.

Voltaríamos ao caso do critério anterior, isto é, a

introdução de fazer isso e as outras transformações já apontadas. Observemos que (121 a-b) são sinônimas de (122a) e (121c-d) são sinônimas de (122b).

Mas um fato idêntico pode ocorrer com crer, saber, pensar e dizer. Assim, podemos ter sentenças como:

- (126) a. Ele o crê fazer.
 b. Ele o sabe fazer.
 c. Ele o pensa fazer.
 d. Ele o disse fazer.

que são sinônimas de (127a-d) respectivamente:

- (127) a. Ele crê cuidar do irmão.
 b. Ele sabe cuidar do irmão.
 c. Ele pensa cuidar do irmão.
 d. Ele disse cuidar do irmão.

As sentenças (126a-d), no entanto, não são sinônimas de (118a-d), nem de sentenças como (128a-d) ou (129a-d):

- (128) a. Ele crê que cuidas do irmão.
 b. Ele sabe que cuidas do irmão.
 c. Ele pensa que cuidas do irmão.
 d. Ele disse que cuidas do irmão.
 (129) a. ? Ele crê que (ele) cuida do irmão.
 b. ? Ele sabe que (ele) cuida do irmão.
 c. ? Ele pensa que (ele) cuida do irmão.
 d. ? Ele disse que (ele) cuida do irmão.

Voltamos, aqui, a apresentar a sugestão feita anteriormente, isto é, que verbos como crer, saber, pensar, etc, eventualmente sejam auxiliares quando há a identidade de sujeito e quando não existe o complementizador que. Podemos, mesmo, observar significados diferentes. Em (130), por exemplo:

- (130) Ele sabe cuidar do irmão,

o verbo saber parece ter significado diferente daquele apresentado em (128b) e (129b).

3.1.8. A NEGATIVIZAÇÃO.

Segundo este critério³⁰, uma seqüência verbal em auxiliação não pode ser separada por uma negação. Assim sendo, se o verbo é auxiliar, a negação poderá aparecer apenas à esquerda do auxiliar. Assim, teríamos sentenças como:

- (131) Paulo não havia escutado os conselhos dos pais.
 (132) Paulo não tinha escutado os conselhos dos pais.
 (133) Paulo não estava escutando os conselhos dos pais.

mas não teríamos sentenças como:

- (134) * Paulo havia não escutado os conselhos dos pais.
 (135) * Paulo tinha não escutado os conselhos dos pais.
 (136) * Paulo estava não escutando os conselhos dos pais.

A situação com poder e dever, em princípio, se identi
fica com aquela de haver, ter e estar:

- (137) Paulo não pode escutar os conselhos dos pais.
 (138) Paulo não deve escutar os conselhos dos pais.
 (139) ? Paulo pode não escutar os conselhos dos pais.
 (140) ? Paulo deve não escutar os conselhos dos pais. ³¹

Observemos que para considerarmos (139) e (140) grama
ticais, há necessidade de mudança de entonação da sentença. Mais
 adiante, voltaremos a considerar esse tipo de sentenças.

Com os verbos pensar, parecer, dizer, as situações se
 rão diferentes daquelas com haver, ter e estar:

- (141) Paulo não pensa escutar os conselhos dos pais.
 (142) Paulo não parece escutar os conselhos dos pais.
 (143) Paulo não diz escutar os conselhos dos pais.

ou então:

- (144) Paulo pensa não escutar os conselhos dos pais.
 (145) Paulo parece não escutar os conselhos dos pais.
 (146) Paulo diz não escutar os conselhos dos pais.

Teríamos, em primeiro lugar, a possibilidade de cons-
 truções com o complementizador que, no caso de pensar, parecer,
 dizer:

- (147) Paulo não pensa que escuta os conselhos dos pais.
 (148) Paulo não parece que escuta os conselhos dos pais.
 (149) Paulo não diz que escuta os conselhos dos pais.
 (150) Paulo pensa que não escuta os conselhos dos pais.
 (151) Paulo parece que não escuta os conselhos dos pais.
 (152) Paulo diz que não escuta os conselhos dos pais.

Como já vimos, construções com o complementizador que
 não são possíveis quando ocorrem poder e dever.

- (153) * Paulo não pode que escuta os conselhos dos pais.
 (154) * Paulo não deve que escuta os conselhos dos pais.

(155) * Paulo pode que não escuta os conselhos dos pais.

(156) * Paulo deve que não escuta os conselhos dos pais.

Em segundo lugar, os dois elementos podem ser negados, quando ocorrem pensar, parecer, dizer, Assim, temos:

(157) Paulo não pensa não escutar os conselhos dos pais.

(158) Paulo não parece não escutar os conselhos dos pais.

(159) Paulo não diz não escutar os conselhos dos pais.

Esta dupla negação não é possível quando ocorrem poder e dever ³². Vejam-se, inclusive, os dados colhidos junto a falantes. O resultado pode ser observado no Anexo II, sentenças 13-c, 15-c e 38.

(160) * Paulo não pode não escutar os conselhos dos pais.

(161) * Paulo não deve não escutar os conselhos dos pais.

Em terceiro lugar, existe em português a possibilidade de se empregar a partícula negativa não, não como advérbio, mas como substituto de um morfema-prefixo, indicando negação: Assim, temos:

(162) a. O Brasil é um país não-intervencionista.

b. João é uma pessoa não-motorista.

Empregamos esse tipo de negação quando há a impossibilidade do emprego dos prefixos negativos normais (como a- ou in-).

Assim, eventualmente, em (134)-(136) e (139)-(140) poderíamos considerar o nãe como este prefixo-negativo. Nesse caso, as sentenças poderiam ser consideradas gramaticais, havendo uma mudança de entonação da sentença, como já sugerimos anteriormente. É, no entanto, uma questão que deixamos em aberto aqui. Mais adiante proporemos ainda uma outra possibilidade de solução.

Ao analisarmos ter, estar, haver e ser, chegamos à idêntica conclusão a que chegamos em relação a poder e dever. Se a partícula negativa aparece à direita dos auxiliares acima, a sentença é agramatical. Se aparece à esquerda, é gramatical. Desse forma, temos sentenças agramaticais como (163) ³³.

(163) a. * João tem não dormido muito.

b. * João não tem não dormido muito.

c. * João tinha não levantado quando cheguei.

d. * João não tinha não levantado quando cheguei.

e. * Sonhei que ele havia não chegado.

f. * Sonhei que ele não havia não chegado.

- (163) g. * Naquele tempo eu era não nascido.
 h. * Naquele tempo eu não era não nascido.
 i. * João é não respeitado por todos.
 j. * João não é não respeitado por todos.
 l. * Ele está não dormindo.
 m. * Ele não está não dormindo.

Algumas dessas sentenças até que poderiam ter certa a ceitabilidade, como é o caso de (163g) e (163h). Esta possível aceitabilidade estaria ligada à questão da consideração do não como prefixo negativo e não como advérbio.

Quicoli ³⁴ emprega a negativização para demonstrar que parecer é verbo principal e ir é auxiliar.

Baseado num trabalho de Baker (1970) ³⁵, ele faz uso de expressões de "polaridade negativa". São expressões como não entender patavina, não entender bulhufas, etc. Estas expressões somente podem ocorrer em contextos negativos (isto segundo Quicoli e também Lobato).

- (164) a. Pascoal não entendeu patavina do assunto. ³⁶
 b. * Pascoal entendeu patavina do assunto.

Se houver auxiliar, portanto sentenças simples, a partícula negativa não deve aparecer à esquerda do "auxiliar". Se houver duas sentenças, portanto sentença complexa, isto não pode ocorrer, ou seja, não e entender patavina devem estar sempre dentro do mesmo nó-S.

Observemos o comportamento de estar, ter e haver (que em princípio consideramos auxiliares) ³⁷:

- (165) a. João não estava entendendo patavina.
 b. ? João estava não entendendo patavina.
 c. * João estava entendendo patavina.
 d. * João não estava não entendendo patavina.
- (166) a. João não tinha entendido patavina.
 b. ? João tinha não entendido patavina.
 c. * João tinha entendido patavina.
 d. * João não tinha não entendido patavina.
- (167) a. João não havia entendido patavina.
 b. ? João havia não entendido patavina.
 c. * João havia entendido patavina.
 d. * João não havia não entendido patavina.

Observemos, em seguida, o comportamento de querer, pensar e crer (que em princípio consideramos verbos principais):

- (168) a. João crê não ter entendido patavina.
 b. * João crê ter entendido patavina.
 c. ? João não crê ter entendido patavina.
 d. João não crê não ter entendido patavina.
- (169) a. João pensa não ter entendido patavina.
 b. * João pensa ter entendido patavina.
 c. ? João não pensa ter entendido patavina.
 d. João não pensa não ter entendido patavina.
- (170) a. João quer não ter entendido patavina.
 b. * João quer ter entendido patavina.
 c. ? João não quer ter entendido patavina.
 d. João não quer não ter entendido patavina.

Poder e dever deverão se comportar ou como estar, ter e haver, ou como crer, querer e pensar. Se se comportarem como os primeiros, serão auxiliares; se se comportarem como os segundos, serão principais. A nosso ver, seu comportamento será como os primeiros, sendo, portanto, auxiliares:

- (171) a. ? João deve não ter entendido patavina.
 b. * João deve ter entendido patavina.
 c. João não deve ter entendido patavina.
 d. * João não deve não ter entendido patavina.
- (172) a. ? João pode não ter entendido patavina.
 b. * João pode ter entendido patavina.
 c. João não pode ter entendido patavina.
 d. * João não pode não ter entendido patavina.
- (173) a. Pascoal não vai entender patavina do assunto.
 b. Pascoal não estava entendendo patavina do assunto.
 c. Pascoal não havia entendido patavina do assunto.
- (174) a. * Pascoal vai não entender patavina do assunto.
 b. * Pascoal estava não entendendo patavina do assunto.
 c. * Pascoal havia não entendido patavina do assunto.

As sentenças em (173) e (174) nos são apresentadas por Quicoli. Com elas, Quicoli demonstra que ir, estar e haver são auxiliares. Assim, em (174), quando ocorre a negação à direita do auxiliar, as sentenças são agramaticais. Da mesma forma, consideramos também, com algumas restrições quanto a sua gramaticalidade, as sentenças com poder e dever, quando aparece a negação à direita desses elementos. Assim, também, quando não aparece negação alguma, as sentenças também são agramaticais³⁸.

Observemos, mais uma vez, a sentença (174a). Quicoli a considera agramatical, o que também achamos. Mas existe uma possibilidade de aceitação desse tipo de sentenças. Em (171 a)

e (172 a) elas são de tipo idêntico.

Nesse sentido, verifiquemos mais uma vez o comportamento de estar, haver, ter, sob a negação; retomemos para tal as sentenças (134), (135) e (136):

(134) * Paulo havia não escutado os conselhos dos pais.

(135) * Paulo tinha não escutado os conselhos dos pais.

(136) * Paulo estava não escutando os conselhos dos pais.

A esses acrescentemos ainda ser:

(175) * Naquele tempo eu era não partido.

Já observamos que sentenças como estas são agramaticais, em função da posição da negação.

Parece-nos, no entanto, que algumas restrições dessa agramaticalidade desaparecem em função de uma certa aceitabilidade dessas sentenças. Isso se deve à existência de sentenças do tipo (176), em que existe gramaticalidade, havendo uma separação entre o auxiliar e o verbo principal, inclusive a existência da partícula negativa, embora com pausa, portanto, entonação diferente da sentença.

Essa distância, é claro, só existe na estrutura superficial:

(176) a. Paulo havia, não escutado os conselhos dos pais, mas desprezado-os.

b. Paulo tinha, não escutado os conselhos dos pais, mas desprezado-os.

c. Paulo estava, não escutando os conselhos dos pais, mas desprezando-os.

d. Naquele tempo eu era, não partido, mas chegado.

As estruturas profundas para sentenças como estas seriam, a nosso ver, mais ou menos as seguintes:

(177) a. Paulo não havia escutado os conselhos dos pais/mas/
Paulo havia desprezado os conselhos dos pais.

b. Paulo não tinha escutado os conselhos dos pais/mas/
Paulo tinha desprezado os conselhos dos pais.

c. Paulo não estava escutando os conselhos dos pais/mas/
Paulo estava desprezando os conselhos dos pais.

d. Naquele tempo eu não era partido/mas/eu era chegado.

Sentenças idênticas existem com relação a poder e dever ³⁹:

(178) a. João pode, não ter lido, mas comprado o livro.

b. João deve, não ter lido, mas comprado o livro.

As estruturas profundas de sentenças como as em (178) são idênticas àquelas em (177):

- (179) a. João não pode ter lido o livro/mas/João pode ter comprado o livro.
 b. João não deve ter lido o livro/mas/ João deve ter comprado o livro.

Observamos que o comportamento de poder e dever é idêntico ao de ser, estar, ter e haver, podendo-os considerar também auxiliares ⁴⁰.

Podemos observar isso melhor ao lançarmos perguntas e ao darmos, em seguida, respostas do tipo (180) ⁴¹:

- (180) a. - Você já tinha comido quando cheguei?
 - Não, estava comendo.
 b. - Você já tinha comido quando cheguei?
 - Não, ia comer.

em que a resposta é do tipo de sentença apresentada acima, isto é, uma estrutura profunda como:

- (181) a. Eu não tinha comido ainda/quando você chegou/mas/ eu estava comendo.
 b. Eu não tinha comido ainda/quando você chegou/mas/ eu ia comer.

Fato idêntico se verifica com poder e dever:

- (182) - Você podia ter saído quando cheguei?
 - Não, devia deitar.

em que a estrutura profunda da resposta seria:

- (183) Eu não podia ter saído/quando você chegou/ $\left\{ \begin{array}{l} \text{mas} \\ \text{porque} \end{array} \right\}$ / eu devia deitar.

3.1.9. A APASSIVAÇÃO.

Segundo este critério, o auxiliar e o verbo principal devem passar juntos para a passiva. Se a apassivação desse tipo não for possível não teremos auxiliar. ⁴²

Pode haver, eventualmente, depois de aplicada a transformação passiva, a mudança de significado de poder e dever, o que não levamos em conta aqui ⁴³.

Assim, temos sentenças como:

- (184) a. Eu posso organizar as matérias.
 b. Eu devo organizar as matérias.

- (184) c. Eu posso ter organizado as matérias.
d. Eu devo ter organizado as matérias.

Aplicando a transformação passiva, as sentenças ficariam assim, respectivamente:

- (185) a. As matérias podem ser organizadas por mim.
b. As matérias devem ser organizadas por mim.
c. As matérias podem ter sido organizadas por mim.
d. As matérias devem ter sido organizadas por mim.

Essas sentenças em (185) parecem-nos ser perfeitamente gramaticais. Se, no entanto, admitíssemos poder e dever como verbos principais, construções desse tipo não seriam possíveis. Apenas seriam possíveis as sentenças em (186), que, no entanto, são agramaticais:

- (186) a. * Eu posso as matérias serem organizadas (por mim).
b. * Eu devo as matérias serem organizadas (por mim).
c. * Eu posso as matérias terem sido organizadas (por mim).
d. * Eu devo as matérias terem sido organizadas (por mim).

Observemos o que acontece com querer, crer, parecer, etc., quando é aplicada a transformação passiva⁴⁴. Sobre as sentenças (187):

- (187) a. Eu quero organizar as matérias.
b. Eu creio organizar as matérias.
c. Eu pareço organizar as matérias.

se aplicarmos a passiva, teremos as sentenças em (188):

- (188) a. * As matérias querem ser organizadas por mim.
b. * As matérias crêem ser organizadas por mim.
c. As matérias parecem ser organizadas por mim.

A sentença com parecer poderia ser também

- (189) a. As matérias parece serem organizadas por mim.
b. Parece que as matérias são organizadas por mim.

Como observamos em (188) as sentenças (a) e (b) são agramaticais. Elas seriam gramaticais assim:

- (190) a. Eu quero que as matérias sejam organizadas por mim.
b. Eu creio que as matérias sejam organizadas por mim.

Como podemos observar, querer e crer têm comportamentos sintáticos bem diversos de poder e dever. Observamos também que a apassivação só pode ocorrer na sentença encaixada, nunca na matriz, em que está o querer ou o crer.

Quanto ao parecer, observamos que ele possui comportamento diverso de crer e querer. Admito inclusive, aparentemente a apassivação como poder e dever. Mas sentenças (189a) e (189b) demonstram que mesmo assim ele tem comportamento diferente de poder e dever. É um comportamento próprio do verbo parecer, que, no entanto, na estrutura profunda é completamente diferente daquele comportamento de poder e dever, como o demonstra Quicoli⁴⁵, e não como quer fazer parecer Bárbara⁴⁶.

O comportamento de poder e dever, nesse particular, é idêntico a estar e ter:

(191) a. Eu estou organizando as matérias.

b. Eu tenho organizado as matérias.

(192) a. As matérias estão sendo organizadas por mim.

b. As matérias têm sido organizadas por mim.

3.2. ALGUNS PROBLEMAS TEÓRICOS SURGIDOS ATÉ AQUI.

3.2.1. REAVALIAÇÃO DOS CRITÉRIOS EMPREGADOS.

Argumentamos a favor da consideração de poder e dever como auxiliares modais. Para tal empregamos uma série de critérios sintáticos.

Desses critérios, alguns são bem mais conclusivos do que outros, em função de seu poder explanatório e também de sua simplicidade e naturalidade. Dentre esses critérios mais fortes encontramos o da "identidade de sujeito" entre o auxiliar e o auxiliado; o do "não emprego do complementizador que" após o auxiliar; e ainda o da "apassivação", embora este último nos ofereça alguns problemas.

Procuraremos reavaliar, aqui, alguns desses critérios, utilizando como suporte os dados colhidos junto a falantes do português. Esses dados podem ser encontrados no Anexo II deste trabalho.

Para chegarmos a esses dados, elaboramos uma série de sentenças com os verbos poder e dever; os informantes deviam colocar um (x) diante da sentença que considerassem "errada"; um (?) diante da sentença que considerassem duvidosa; a sentença que considerassem "certa", ficaria como estivesse.

Nas duas primeiras sentenças apresentadas aos informantes empregamos poder e dever sem o acompanhamento do verbo no infinitivo. Na terceira sentença aparecia o infinitivo, mas com um complemento precedido da preposição com, inapropriado pa

ra o verbo comprar.

Para as duas primeiras sentenças os resultados foram os esperados, confirmando nossa argumentação no início deste capítulo. O terceiro exemplo revelou que a maioria dos informantes considerou "correta" uma sentença como:

(193)* João pode comprar comigo.

Outros a acharam duvidosa e um número menor achou-a agramatical. A sentença, de fato, é agramatical, como podemos observar de sentenças como:

(194)* Pedro comprou comigo.

Isto é, comprar não admite propriamente um complemento com a preposição com. Os que a consideraram gramatical possivelmente partem do princípio de que comprar tivesse o significado de fazer compras (com alguém) em que admitiríamos a construção. A questão é que tudo isso não afeta a nossa discussão sobre o poder, uma vez que comigo é complemento do verbo comprar.

De [4] a [12] apresentamos sentenças relacionadas com o emprego dos clíticos. Como podemos observar, as respostas dos informantes confirmam o que já disséramos anteriormente, isto é, com poder e dever o clítico pode aparecer à esquerda. Concluímos que, de fato, poder e dever mais o verbo principal no infinitivo constituem uma LV apenas.⁴⁷ Os dados confirmam também o comportamento de querer em relação aos clíticos. Esse verbo tem o comportamento sintático idêntico ao de poder e dever.

Em função disso, consideramos este critério não suficientemente conclusivo para estabelecer auxiliaridade ou não. De acordo com outros critérios, querer (e outros verbos como crer, pensar, etc) não se comporta da mesma forma que poder e dever, mas sim como os verbos principais.

Então, não chegamos a uma conclusão: consideramos poder e dever como verbos principais?; ou consideramos querer e alguns outros verbos de comportamento idêntico, como auxiliares? O importante é que observemos que dever e poder, de acordo com outros critérios bem mais conclusivos, se comportam como auxiliares, enquanto querer e outros não o fazem assim.

De [13] a [45] tentamos testar a validade do critério da negativização, assim como verificar a assertiva da nossa argumentação anterior.

Pelos dados colhidos, observamos que a dupla negação é rejeitada, tanto com o emprego de haver, ter, estar, ser e ir, como com o emprego de poder e dever. Se poder e dever fossem

verbos principais, deveria haver maior aceitação, pelo menos, dessa dupla negação, como acontece quando ocorre o verbo pensar.

Da mesma forma, sentenças que apresentam a negação à esquerda de estar, ter, ser, poder e dever são consideradas gramaticais, praticamente por todos os informantes. Quando há a negação à direita de poder e dever há uma aceitação razoável das sentenças, o que não acontece com ter, haver, estar, ser. No entanto, o problema já foi discutido anteriormente, sendo o resultado, de certa maneira, esperado.

Novamente, esse critério não nos parece ser suficientemente conclusivo, porque permite que se chegue a conclusões idênticas a respeito de verbos como querer, crer, pensar, etc e poder e dever, que de acordo com critérios mais poderosos apresentam comportamentos sintáticos diferentes.

Outras razões nos levam a considerá-lo um critério não suficientemente conclusivo:

1ª) a partícula negativa não, valendo como prefixo negativo, como já observamos.

2ª) existe no português do Brasil a possibilidade de empregarmos a negação após o verbo, ou mesmo repeti-la: uma vez antes e outra depois do verbo, em sentenças simples como:

- (195) a. Não saio.
 b. Saio não!
 c. Não saio não!

Um tipo de negação assim pode ser levado para sentenças mais complexas, decorrente do seu emprego em respostas, como as que aparecem em (196):

- (196) a. - Você pode ir ao cinema?
 - Não posso (ou: Não, não posso).
 b. - Você pode ir ao cinema?
 - Não posso não!
 c. - Você pode ir ao cinema?
 - Posso não!

3ª) os problemas encontráveis com as "expressões de polaridade negativa". Pelos dados no Anexo II, as sentenças (197)-(199) são consideradas gramaticais (ou certas) pela maioria dos informantes:

- (197) João estava entendendo patavina.
 (198) João não crê ter entendido patavina.
 (199) João deve ter entendido patavina.

O que observamos é que a expressão "(não) entender patavina", e possivelmente expressões similares, não precisam obrigatoriamente do apoio da partícula negativa não antes do verbo entender. O que acontece é que esse significado negativo da partícula não é absorvido pela palavra patavina, isto é, esta palavra sempre tem significado negativo, dispensando, então, a partícula não. O mesmo acontece com bulhufas, coisa alguma, etc.

(200) Pedro entendeu bulhufas.

(201) Pedro entendeu coisa alguma.

Dessa forma consideramos esses dois critérios (o do emprego dos clíticos e o da negativização) como sendo de bem menor poder explanatório que os outros, não sendo totalmente conclusivos em relação ao problema da auxiliaridade ou não de poder e dever.

Devemos incluir, aqui, um outro critério: o da simplicidade. Isto é, um critério que forneça a descrição dos fatos da língua da forma mais simples, mas sem perder poder explanatório.

Nesse particular, uma teoria interpretativa, como é o caso da EST, poderá fornecer melhores resultados do que uma teoria com base semântica, que considerasse poder e dever como verbos principais.

Observamos, anteriormente neste capítulo, que o comportamento sintático de poder e dever se mantém bastante inalterado, de acordo com os vários critérios apresentados. Pode haver, eventualmente, mudanças semânticas secundárias.

A nosso ver, se considerássemos os dois modais como verbos principais, haveria necessidade de subdividi-los, isto é, teríamos de admitir os dois modais, cada um tendo duas ou mais entradas lexicais.

Isso complicaria em muito a teoria, fugindo ao critério da simplicidade.

Agora, se considerarmos poder e dever como auxiliares, partindo de seu comportamento sintático, e admitirmos para cada um deles apenas uma entrada lexical, estaremos simplificando em muito a teoria.

Poderá ser complicado um pouco, eventualmente, o léxico, mas ganharemos em poder explanatório. Os vários significados secundários que cada um dos modais pode assumir, serão definidos no léxico, como será definido, também, o significado básico de cada um deles.

Assim, poder e dever ficariam com uma entrada lexical

cada um, definidos sintaticamente como auxiliares-modais.

Resta-nos reconsiderar o critério da apassivação. No tipo de sentença que vimos anteriormente, está evidente que poder e dever são auxiliares. Parece-nos, mesmo, ser um critério bastante forte para a consideração dos dois modais como auxiliares.

No entanto, temos um tipo de sentenças que não consideramos melhor até aqui. São sentenças como as que vimos no início deste capítulo, números (14),(15) e (16), ou seja, (202) , (203) e (204), respectivamente:

- (202) Você me deve uma jóia.
- (203) Eu devo tudo a você.
- (204) Pedro deve muito aos pais.

No início deste capítulo argumentamos que na estrutura profunda sentenças como essas teriam um verbo principal acompanhando o dever, ficando as sentenças assim, respectivamente:

- (205) Você deve (devolver, dar, pagar, etc) uma jóia a mim.
- (206) Eu devo (devolver, dar, pagar, agradecer, etc) tudo a você.
- (207) Pedro deve (devolver, dar, pagar, agradecer, etc) muito aos pais.

Partindo de estruturas profundas como as que aparecem de (205) a (207) e aplicando a transformação passiva, obteremos as sentenças (208)-(210), respectivamente:

- (208) Uma jóia deve ser (devolvida,dada, paga, etc) por você a mim.
- (209) Tudo deve ser (devolvido, dado, pago, agradecido,etc) por mim a você.
- (210) Muito deve ser (devolvido, dado, pago, agradecido,etc)por Pedro aos pais.

Mas as sentenças (202)-(204) também poderiam ter uma passiva assim:

- (211) Uma jóia é devida por você a mim.
- (212) Tudo é devido por mim a você.
- (213) Muito é devido por Pedro aos pais.

Poderemos observar melhor ainda essa problemática em sentenças como:

- (214) A América Latina deve 150 bilhões de dólares aos bancos internacionais.,

A passiva de (214) pode ser:

(215) 150 bilhões de dólares são devidos aos bancos internacionais pela América Latina.

Se fizermos a análise como propusemos no início deste capítulo, a estrutura profunda de (214) deveria ser:

(216) A América Latina deve (pagar, devolver, etc) 150 bilhões de dólares aos bancos internacionais.

ficando a sentença como em (217), depois de aplicada sobre (216) a transformação passiva:

(217) 150 bilhões de dólares devem ser (pagos, devolvidos, etc) aos bancos internacionais pela América Latina).

Podemos observar uma diferença de significado entre (215) e (217). Essa possibilidade existe apenas quando o dever tiver o significado de "ter dívida", que tanto pode ser material como moral.

Aqui, sim, em decorrência dos exemplos apresentados de (202) a (217), poderíamos admitir o dever com duas entradas lexicais; uma como auxiliar, segundo o que discutimos até aqui; ou tra como verbo principal, quando há o significado "ter dívida".

Talvez estejamos, em termos diacrônicos, numa fase de variação da língua em relação à função de dever, seguindo a sugestão de Benveniste ⁴⁸. Esta variação é difícil de avaliar em termos sincrônicos, uma vez que ela não se processa ainda completamente. Então, nesse caso, o dever pode ser considerado ou auxiliar, ou verbo principal. A nosso ver, ainda aqui, o dever deve continuar a ser considerado auxiliar. Parece-nos que há algumas questões teóricas que aconselham esta análise:

(19) a situação única que surgiria, ao considerarmos o dever verbo principal. Ele teria dois complementos: um, objeto direto; outro, objeto indireto. Se em outras situações fosse considerado verbo principal, ele teria apenas um complemento: o objeto direto sentencial, como aconteceria em sentenças como (218)

(218) Pedro deve sair da sala,

ou teria um sujeito sentencial, sem complemento algum, como em (219):

(219) Deve chover. ⁴⁹

Isso complicaria em muito a gramática. No fim teríamos o dever com uma série de entradas lexicais, em função de uma série de comportamentos sintáticos diferentes.

Neste trabalho continuamos a considerá-lo auxiliar. Temos uma base teórica bastante forte para tal. É precisamente o aparecimento dos dois complementos. É que em outras situações, isto é, sem o acompanhamento do dever, verbos como dar, agradecer, pagar, etc, possuem dois complementos: um direto e outro in direto. Senão vejamos:

- (220) a. Paulo deu um presente a Maria.
 b. Paulo pagou uma conta para Maria.
 c. Paulo agradeceu tudo aos pais.

Ainda nos parece mais simples e natural, considerar dever um auxiliar.

Além disso a diferença de significado entre (215) e (217) não é tão acentuada. Podemos admitir perfeitamente uma transformação que elimine o verbo principal, após ter sido aplicada a transformação passiva, com uma condição, apenas: que se permita a mudança de significado através de uma transformação.

(20) o poder não acompanha o dever, na admissão dessa passiva .

Uma sentença como (221) é agramatical:

(221) * Tudo é podido por Paulo,
 que seria a passiva de (222):

(222) Paulo pode tudo.

(30) ao que tudo indica os modais, em outras línguas devem ser considerados auxiliares, como acontece no inglês, no alemão, no francês, etc. Seria, parecem-nos, uma questão de universal da linguagem.

Por tudo isso, continuamos a considerar o dever como auxiliar, admitindo apenas que haja a transformação passiva e outras que podem alterar o significado da sentença.

3.2.2. OS SIGNIFICADOS BÁSICOS E OS SIGNIFICADOS SECUNDÁRIOS DE PODER E DEVER.

O número de significados secundários dos dois modais é bastante grande, sobressaindo-se em algumas sentenças um significado e em outras sentenças, outro significado. Em algumas sentenças podem ser depreendidos dois ou mais desses significados secundários. Veremos algumas sentenças, em que aparecem alguns dos significados secundários. Apontamos aquele que se sobressai. Isso não exclui a possibilidade de se poder apontar outros significados secundários para os modais em algumas das sen

tenças.

Analisando, nesse sentido, o poder, podemos ter significados como:

a) possibilidade:

(223) Pedro pode viajar .

(224) Pedro pode ficar em pé.

b) dominância:

(225) Pedro pode fazer mais do que Paulo.

o) ter permissão:

(226) As crianças podem brincar no parque.

(227) Pedro não pode entrar no cinema por ser menor de idade.

d) ter direito de, ter poder;

(228) Pedro pode anunciar que tudo vai bem.

Neste caso, admitimos uma estrutura superficial sem o verbo principal:

(229) Pedro pode tudo.

(230) Pedro pode comigo.

d) probabilidade:

(231) Pedro podia estar distraído (porque não nos viu).

(232) O motorista não pode transitar por esta rua.

Analisando o dever, podemos ter significados como:

a) obrigatoriedade:

(233) Pedro deve viajar.

(234) Pedro deve ficar de pé.

b) probabilidade:

(235) Pedro deve fazer mais do que Paulo.

(236) As crianças devem brincar no parque.

(237) Pedro deve anunciar que tudo vai bem.

c) ter permissão:

(238) O motorista não deve transitar por esta rua.

d) compromisso, dívida:

(239) Pedro deve devolver dez cruzeiros ao amigo.

Neste caso o dever admite estrutura superficial sem o verbo principal:

(240) Pedro deve dez cruzeiros ao amigo.

Os significados possibilidade, para poder e obrigatoriedade, para dever, podem ser depreendidos, em maior ou menor grau praticamente em todas as sentenças. Esses dois significados, a nosso ver, estão mais próximos dos significados básicos. Devemos observar que no estabelecimento do significado básico, para poder devemos levar em conta a vontade própria do sujeito, isto é, o sujeito "faz alguma coisa" não dependendo de um mando exterior mas sim de uma possibilidade inerente. Isso não ocorre com dever, em que sempre observamos a imposição de uma vontade externa ao sujeito, isto é, o sujeito "faz alguma coisa" dependendo de um mando exterior, resultando daí uma obrigatoriedade. O sujeito executa a vontade de outrem, não a sua vontade, como acontece no caso de poder.

Em decorrência dos significados básicos, poder se presta a algumas construções a que dever não se presta.

Assim, dever não se presta a sentenças interrogativas em que há pedido. Poder se presta a tais construções:

- (241) Pode-me dizer onde é o mercado?
 (242) * Deve-me dizer onde é o mercado?

Em sentenças em que há a idéia de opção, pedido, ou ordem, o dever também não pode ocorrer. As sentenças serão agramaticais, enquanto que com o poder não há problemas:

- (243) Pedro gostaria que o trabalho pudesse ser começado.
 (244) * Pedro gostaria que o trabalho devesse ser começado.
 (245) Venha Pedro, para que possamos começar o trabalho.
 (246) * Venha Pedro, para que devamos começar o trabalho.

Ainda em decorrência desses significados, e característica própria dos modais no português, existe a possibilidade de termos os dois modais seguidos, numa sentença só; ou seja, um é o modal do outro, que por sua vez é o modal do verbo principal. Essa possibilidade, no entanto, apenas existe quando dever precede poder. O contrário não é possível:

- (247) a. Pedro deve poder fazer o trabalho.
 b. * Pedro pode dever fazer o trabalho. ⁵⁰

3.2.3. ALTERAÇÃO DA REGRA DO AUXILIAR.

Ao considerarmos poder e dever, mais um problema nos aparece. Ele está ligado à regra do auxiliar ⁵¹.

Segundo Chomsky, o auxiliar para o inglês deve ser reescrito como Tempo, mais modal, mais aspecto. Isso está defini-

do em "Syntactic Structures" através da regra:

(248) Aux \longrightarrow C (M) (have + en) (be + ing)

em que C = tempo; (M) = modal; (have + en) = aspecto (particípio); (be + ing) = progressivo (ou gerúndio).

A mesma colocação encontramos em "A Transformational Approach to Syntax" de 1958. Em "Aspects of the Theory of Syntax" (1965) é retomada essa regra, apenas substituindo (have + en) e (be + ing) por aspecto:

(249) Aux \longrightarrow Tempo (M) (Aspecto).

Segundo essa regra, a reescritura do auxiliar no português deveria ser:

(250) Aux \longrightarrow Te (M) (PP) (Progr)

ou então:

(251) Aux \longrightarrow Te (M) (ter + do) (estar + ndo)

que, de fato, se aplica para sentenças como:

(252) Paulo pode ter estado lendo o livro.

(253) Maria deve ter estado estudando a lição.

Mas existem no português também sentenças como:

(254) Tenho podido ler o livro.

(255) Estou podendo ler o livro.

ou mesmo sentenças como:

(256) Tenho estado podendo ler o livro.

(257) Tenho estado devendo ler o livro.

Nas sentenças (254) - (257) há uma alteração da regra. Ela ficaria assim:

(258) Aux \longrightarrow Te (ter + do) (estar + ndo) (M).

Isso não deve invalidar a nossa argumentação apresentada até aqui, uma vez que poder e dever ainda continuarão sendo seguidos de verbo no infinitivo, não permitindo também LN - sujeito diferente, nem sentenças com complementizador que:

(259) * Tenho estado podendo você ler o livro.

(260) * Tenho estado podendo que você lesse o livro.

(261) * Tenho estado devendo você ler o livro.

(262) * Tenho estado devendo que você lesse o livro.

Admitir, portanto, que poder e dever deixam de ser auxiliares em função dessa alteração da regra do Aux seria admi -

tir uma série de aberrações sintáticas.

Apresentamos, em seguida, algumas reflexões sobre o assunto. Essas reflexões não pretendem ser uma coisa definitiva sobre o assunto.

A regra de Chomsky, levada ao português, nos apresenta Te em primeiro lugar ⁵¹:

(251) Aux \longrightarrow Te (M) (ter + do) (estar + ndo)

No português, aspecto está, muitas vezes, ligado intimamente a Te. Assim, o presente pode ter aspectos como momentâneo, duradouro, incoativo, etc.

- (263) a. Leio muitos livros, comumente.
 b. Leio a receita, agora.
 c. Vai chover.

Em (263a) temos uma ação duradoura, embora o Te seja presente. Em (263b) divisamos uma ação momentânea (presente). Em (263c) temos o início de um fato, embora o Te seja presente.

Para indicar esses aspectos não há, normalmente, morfemas específicos. A não ser quando tivermos o progressivo (estar + ndo) e o particípio (ter + do).

Acontece que (ter + do) é também usado para expressar Te, como acontece, digamos, no pretérito perfeito composto e no pretérito mais que perfeito composto:

- (264) a. Pedro tem comprado o livro.
 b. Pedro tinha comprado o livro.

em que poderíamos ter os "tempos simples":

- (265) a. Pedro comprou o livro.
 b. Pedro comprara o livro.

Do chamado tempo composto, para o simples muda a idéia de aspecto e não a de tempo. Tanto em (264) quanto em (265) os tempos entendidos são de passado - o primeiro pretérito perfeito e o segundo pretérito mais que perfeito.

Assim, sentenças como

- (266) Tenho estado podendo ler o livro.
 (267) Tenho estado devendo ler o livro.

podem ser ditas, sem alterar o Te, apenas o aspecto, da seguinte maneira:

- (268) a. Estive podendo ler o livro.
 b. Estive devendo ler o livro.

Empregando o mais que perfeito, teríamos:

- (269) a. Tinha estado podendo ler o livro
 b. Estivera podendo ler o livro.
 (270) a. Tinha estado devendo ler o livro.
 b. Estivera devendo ler o livro.

Podemos ter, mesmo, sentenças como:

- (271) a. Tenho podido estar lendo o livro.
 b. ? Tenho devido estar lendo o livro.

em que aparece (ter + do) antes de poder e dever (M), ficando (estar + ndo) para depois do (M).

Mas sentenças como

- (272) a. * Estou podendo ter lido o livro.
 b. * Estou devendo ter lido o livro.

parecem-nos agramaticais. Isto se deve, parece-nos, a um conteúdo inerente de passado, próprio de (ter + do).

Para dar conta do problema parece existirem duas alternativas:

- a) admitindo-se três regras diferentes para a reescritura do Aux. Haveria, assim, regras como:

- (273) a. Aux \longrightarrow Te (M) (ter + do) (estar + ndo).
 b. Aux \longrightarrow Te (ter + do) (estar + ndo) (M).
 c. Aux \longrightarrow Te (ter + do) (M) (estar + ndo).

Essa colocação, além de ser anti-econômica e ferir o critério da simplicidade, ainda fere outro princípio: o de que o mesmo constituinte não pode ser reescrito de duas ou mais maneiras diferentes. Em função disso, abandonaríamos esta alternativa.

- b) a segunda alternativa seria considerar que existe apenas uma regra para o Aux, na estrutura profunda, como aquela apresentada por Chomsky:

- (251) Aux \longrightarrow Te (M) (ter + do) (estar + ndo).

Sobre essa, eventualmente, aplicamos transformações. Assim, aplicaríamos uma transformação, transpondo (ter + do) para antes de (M) (mas não para antes de Te); ou então aplicaríamos uma transformação, transpondo (ter + do) e (estar + ndo) para a mesma posição. Obteríamos, dessa forma, estruturas em que o Aux ficaria assim:

- (274) a. Aux \longrightarrow Te (ter + do) (M) (estar + ndo).

(274) b. Aux \longrightarrow Te (ter + do) (estar + ndo) (M).

Havendo, no entanto, essas transformações, haverá também a necessidade de estendermos a interpretação semântica para essas estruturas intermediárias ou mesmo à estrutura superficial. Além disso, ao Aux da estrutura superficial deveremos acrescentar ainda o elemento necessário após a aplicação da transformação passiva, isto é (ser + do), ficando então a estrutura do auxiliar assim:

(275) a. Aux \longrightarrow Te (M) (ter + do) (estar + ndo) (ser + do).

b. Aux \longrightarrow Te (ter + do) (M) (estar + ndo) (ser + do).

c. Aux \longrightarrow Te (ter + do) (estar + ndo) (M) (ser + do).

É o que acontece nas sentenças em (276):

(276) a. O livro pode ter estado sendo lido por mim.

b. O livro tem podido estar sendo lido por mim.

c. O livro tem estado podendo ser lido por mim.

Esta alternativa nos parece ser a mais viável, não só em função da simplicidade já apontada, mas também em função de uma melhor explicação do problema. Além disso, sentenças que mantêm a estrutura do auxiliar da estrutura profunda na estrutura superficial são melhor aceitas que aquelas em que há a alteração da estrutura. Assim, (277) tem melhor aceitabilidade que (278):

(277) Posso ter estado convidando você para a festa.

(278) Tenho estado podendo convidar você para a festa.

(278), no entanto, não é agramatical.

Uma terceira alternativa poderia haver, considerando todos os elementos do Aux como verbos principais na estrutura profunda. Ou seja, cada elemento seria uma sentença encaixada numa outra sentença superior. Essa alternativa, no entanto, já rejeitamos anteriormente em função da possibilidade do surgimento de uma série de aberrações sintáticas.

NOTAS DO TERCEIRO CAPÍTULO.

1. É um critério empregado também por Macambira, in "As Estruturas Morfo-Sintáticas do Português", p. 110; Lobato, in "Os Verbos Auxiliares em Português Contemporâneo"; Pontes, in "Verbos Auxiliares em Português".
2. Convém observar que o uso do infinitivo com a maioria desses verbos só é possível se houver identidade de sujeito. Quando não há essa identidade a construção não é possível. Devemos usar complementizador. Além disso, há comportamentos diferentes desses verbos. Mandar, por ex., não se comporta como parecer e dizer. Ele admite o infinitivo mesmo quando não há identidade de sujeito: "Ele mandou-nos sair", terá como estrutura profunda "Ele (João, Pedro) mandou/ nós sair". Para discussão do parecer e similares veja-se a tese de Quicoli.
3. Com esta observação reforçamos nossa argumentação de que, os marcadores (39) e (40), da p. 31, são incorretos, já que se atribui estrutura profunda idêntica a poder e a parecer.
4. Ver nota 2 acima.
5. QUICOLI - Aspects of Portuguese Complementation.
6. Pode ocorrer, isto sim, o poder + inf numa sentença encaixada. Mas, nesse caso, o poder receberá o subjuntivo: "Acredito que João possa responder às perguntas".
7. LOBATO - Os Verbos Auxiliares em Português Contemporâneo.
8. QUICOLI - Opus cit.
9. Os números das sentenças não são os mesmos empregados por Quicoli.
10. Segundo Lobato, isto não é possível. Os exemplos que ela nos apresenta são os seguintes (a numeração é a da autora):
 - (430) Você deve dar o caderno ao menino.
 - (431) Você deve dar-lho.
 - (432) Você deve lho-dar.
 - (433) * Você deve-lho dar.
 - (434) * Você lho deve dar.
 - (435) Você pode dar o caderno ao menino.
 - (436) Você pode dar-lho.
 - (437) Você pode lho-dar.
 - (438) * Você pode-lho dar.

- (439) * Você lho pode dar.
 (preferimos a discussão desse trabalho, aqui, por achá-lo mais conveniente aos propósitos de nosso trabalho).
11. O mesmo se podendo dizer de (434) e (439) dos exemplos acima.
 12. QUICOLI - opus cit.
 13. Em (70a) o me se liga ao parecer e em (70b) o me se liga ao dar.
 14. Segundo Lobato, a agramaticalidade (?) de sentenças como
 (445) * João pode-o fazer.
 (448) * João deve-o fazer.
 se deve à diferença semântica entre poder₁ e poder₂; e dever₁ e dever₂.
 15. Observou, perfeitamente, Lobato que uma construção idêntica é possível para o verbo mandar.
 16. LOBATO - opus cit.
 17. Conclusão apresentada por Lobato.
 18. QUICOLI - opus cit.
 19. LOBATO - opus cit., p. 65.
 20. ROSS - Auxiliaries as Main Verbs.
 21. LOBATO - opus cit., p. 65 .
 22. Segundo Lobato, a aceitação não-unânime de sentenças como (81)-(83), quando ocorrem ter, haver e estar, pode ser devido à não-interiorização, por alguns falantes, de todas as regras de pronominalização do Português, visto ser o pronome frequentemente apagado (não obrigatoriamente) no Português do Brasil.
 23. Deixaremos, por enquanto, de considerar o ser na formação do auxiliar, já que há necessidade de discussão da passiva, o que alongaria o trabalho.
 24. Embora esta seja uma solução mais complicada, às vezes, parece ser a única, como veremos logo adiante, com verbos intransitivos.
 25. Segundo esse raciocínio não se poderia estranhar, como faz Lobato, sentenças como:
 (378) Disseram que ele deveria estar viajando a uma hora dessas e realmente ele deve estar fazendo isso.

(379) Pediram a ele que tomasse conta dos bebês, mas ele disse que só faz isso com moças bonitas.

(380) Ele acaricia animais, mas eu só faço isso com gente. Com a transformação de introdução de fazer isso, o isso, parece-nos substituir o que fizer parte do "complexo verbal", podendo o resto da sentença ser suprimido por uma transformação de apagamento, desde que não haja mudança de significado da sentença matriz para a encaixada. Assim, em (378) a uma hora dessas não é substituído, mas apagado por uma transformação. Em (379) e (380) não pode acontecer o mesmo porque há mudança de significado (bebês passa a moças bonitas; animais passa a gente).

26. Exemplos baseados em Lobato - opus cit. (n^{os} 364 e 365, p.66)

27. Talvez se pudesse falar, aqui, em verbos Pro-S.

28. LOBATO - opus cit., p.68.

É um critério também usado por Ross, para o Inglês.

29. Segundo Lobato, poder₂ e dever₂ têm o mesmo comportamento de crer, saber, pensar, dizer sob a pronominalização. Já rejeitamos a idéia da divisão de poder e dever, de acordo com seus significados diferentes.

30. Seguindo LOBATO e QUICOLI - opus cit.

31. Segundo Lobato, (139) e (140) seriam gramaticais.

32. Lobato considera as sentenças com poder e dever tendo negativa à direita como gramaticais. Da mesma maneira admite a existência de dupla negação:

(235) Maria deve não vir.

(236) Maria não deve não vir.

(194) Maria pode não vir.

(195) Maria não pode não vir.

33. Repetimos os exemplos apresentados por Lobato.

34. QUICOLI - opus cit.

35. BAKER - On the position of the finite auxiliary in English.

36. Exemplos extraídos de Quicoli.

37. Faremos uso (em parte) dos exemplos apresentados por Lobato, já que os mesmos também serviram no levantamento feito entre alunos e professores universitários. Este levantamento está no Anexo II.

38. Parece-nos que há, no trabalho de Lobato, um certo julgamento a priori com relação a poder e dever. Faremos, aqui em notas, um estudo rápido das conclusões de Lobato, nesse sentido. Estas conclusões são: a) "patavina, assim como bulhufas (ou bulufas), nem uma, nada vezes nada, nem por sombra, absolutamente, etc, é expressão de polaridade negativa, isto é, expressão que exige a negação do verbo ao qual está subordinado; b) "com estar (e pode-se levar a efeito a mesma análise para ser, ter e haver) só é possível uma negação adverbial (...) a qual poderia, por efeito de transformação de alçamento, estar colocada entre estar e o gerúndio (cf. (335)=??? João estava não entendendo patavina), apesar de não ser essa a forma mais freqüente nem a mais aceita, pois sua posição mais freqüente é antes de estar (cf. (334) = João não estava entendendo patavina), incidindo a negação, num caso e noutro, sobre os dois termos verbais; "

Há algumas "notas" aqui, com relação à transformação de alçamento de negação. Diz Lobato na nota nº 61 que Lakoff usou essas expressões que exigem uma negação em que aparecem na estrutura profunda como argumento a favor da existência de uma regra de "not-transportation". Segundo ele, sentenças como as abaixo só poderiam ser explicadas mediante essa regra, em virtude de sua sinonímia. As sentenças seriam: "I thought that John didn't lift a finger to help Bill" e "I didn't think that John lifted a finger to help Bill". Verbos como claim não seriam marcados quanto à regra "not-transportation", por isso a segunda sentença seria agramatical: "I claimed that John didn't lift a finger to help Bill" e "* I didn't claim that John lifted a finger to help Bill". Esta regra de "not-transportation" (observação nossa) foi sobejamente criticada, como também a aparente sinonímia das sentenças acima, por Chomsky e Jackendoff.

Na nota nº 62 Lobato acrescenta: "Não postulamos aqui que a regra de alçamento coincida exatamente com a regra de "not-transportation". Segundo os adeptos desta, dever e poder não seriam marcados pela possibilidade de a negação ser levada da oração encaixada para a matriz. Contudo, nossos exemplos "João não deve ter entendido patavina" e "João não pôde entender patavina" têm o mesmo grau de aceitabilidade que "João não crê ter entendido patavina". Na nota nº 63 acrescenta: "É interessante o fato de a frase (259) = *Ele está não dormindo, ser facilmente reconhecida como agramatical, o que não acontece com (335)= ???João estava não entendendo

patavina".

Continuando a sua conclusão, Lobato diz:

"c) com crer, dever e poder assim como querer, pensar, etc, pode-se ter duas negações adverbiais ou uma só; neste último caso, a negação tem de se referir à oração contendo a expressão de polaridade negativa, o que faz com que " João não crê ter entendido patavina", "??? João não deve ter entendido patavina" e "???João não pôde entender patavina" sejam consideradas agramaticais, caso a negativa se refira às orações João crê, João deve, e João pôde, respectivamente, e gramaticais no caso de ter sido aplicada a transferência (facultativa) de alçamento de negação, pois nesse caso (as três sentenças acima) seriam paráfrases de (338, 342 e 346)(= "João crê não ter entendido patavina"; "João deve não ter entendido patavina" e "João não pôde entender patavina"), respectivamente (...)".

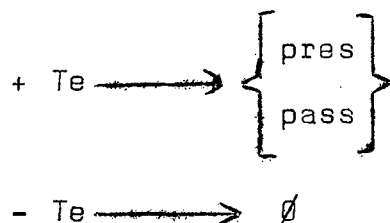
Observemos que a autora diz: as sentenças são ou gramaticais ou agramaticais. Mais ainda: não aceitamos que as três sentenças apresentadas sejam paráfrases de (338), (342) e (346) respectivamente. Em (338) negamos ter entendido, mas em "João não crê ter entendido patavina" negaríamos crer; em (342) negaríamos ter entendido e em "???João não deve ter entendido patavina" negamos dever ter entendido; em (346) negaríamos entender e em "???João não pôde entender patavina" negamos pôde entender, o que nos parece ser diferente significativamente. Assim as paráfrases não existiriam. Dizemos "negaríamos" porque consideramos estas construções agramaticais e, conseqüentemente, as paráfrases também não existem. Continuando as conclusões de Lobato, temos: "d) como só se pode ter uma negação verbal por oração, em "??? João não deve ter entendido patavina" teria mos uma só oração e em (338), (342) e (346) duas orações; generalizando, poderíamos afirmar que ser, estar, ter, haver, formam com o particípio e gerúndio complexos muito unidos que representam um só constituinte, o Sintagma Verbal, que se desenvolve como auxiliar + verbo; ao passo que crer, dever, poder, querer, pensar, etc, são funcionalmente independentes do infinitivo que os segue, pois pertencem eles a uma oração e esses infinitivos a outra."

39. Solução apresentada, ou pelo menos sugerida, anteriormente para sentenças como as de (134) a (136).

40. Não levamos em conta a eventual mudança de significado em estrutura superficial. Discutiremos o problema posteriormente.
41. Os números de Lobato são (267) e (268), respectivamente.
42. A Apassivação também é usada como critério de verificação de auxiliaridade por Lobato, Bárbara e Perini.
43. JACKENDOFF, já verificou isso para o inglês em "Semantic Interpretation in Generative Grammar".
44. PERINI, discute o problema em "A Gramática Gerativa- Introdução ao estudo da Sintaxe Portuguesa", pp. 88/89.
45. QUICOLI - opus cit.
46. BÁRBARA - Sintaxe Transformacional do Modo Verbal.
47. Na sentença [5] dos dados, há uma contradição do que havíamos argumentado anteriormente. Notemos, no entanto, que a sentença [7c] é uma repetição da mesma sentença 5, e os dados colhidos confirmam nossa exposição. Na sentença [5] a não-aceitação se deve ao fato do emprego do lhe sem uma referência anterior. Assim, em [7c] já não ocorre mais.
48. Benveniste, no final de um trabalho sobre os modais, diz: "Nous distinguons donc des modalisants de fonction, essentiellement "pouvoir" et "devoir", et des modalisants d'assomption, tels que "vouloir", "désirer", "savoir", "faire", etc. selon qu'ils ont exclusivement ou non la construction avec l'infinitif auxilié. Cette distinction entre les deux catégories de modalisants est susceptible de varier en fonction des époques et des états de la langue." (Benveniste - Problèmes de Linguistique Générale - II- p. 192).
49. Como quer Pontes, in "Verbos Auxiliares em Português".
50. Nesse particular há um comportamento bastante diferente do inglês, em que não podem ocorrer dois modais seguidos na mesma sentença: É o que observa Jackendoff em "Semantic Interpretation in Generative Grammar" (1972), p.100, com a sentença: "* I should can use two modals in a row if they are verbs".
51. Leila Bárbara, em "Sintaxe Transformacional do Modo Verbal", nos fornece a regra:

Aux \longrightarrow \pm Te $\left[\begin{array}{l} (-er) \text{ (ter-do)} \text{ (-perf/pass)} / + \text{ Te } - \end{array} \right] \text{ (P-ndo)}$

em que:



Desta maneira, Te inclusive seria um elemento opcional. Se a sentença for assertiva haverá Te. Se a sentença não for assertiva, não haverá Te. A regra de L.B., no entanto, não leva em conta a mudança de posição de (ter -do) e (estar -ndo).

4. CONCLUSÃO

Argumentamos a favor de uma colocação em que poder e dever sempre são auxiliares modais, mesmo havendo, aparentemente, alguns contra-argumentos. Tentamos resolver estes contra-argumentos sempre a favor da tese proposta no início: em termos sintáticos, dever e poder sempre são auxiliares.

Para tal, foi necessário propormos, inclusive, uma mudança na regra do auxiliar no português, mudança essa só encontrável na estrutura superficial e não na estrutura profunda. Apresentamos, para tal, três análises alternativas, entre as quais optamos por aquela que apresenta uma regra só na estrutura profunda, sendo as diferenças de estrutura superficial introduzidas através de transformações, devendo-se admitir a interpretação semântica sobre a estrutura superficial.

Isso, em grande parte, pode complicar o componente transformacional de uma gramática, mas apresenta maior poder explanatório dos fatos da língua.

Não pretendemos dizer que isso seja a palavra definitiva sobre o assunto.

Sugerimos, ainda, que sejam feitos trabalhos, em termos de gramática gerativa e transformacional, abordando a negatização, a pronominalização e a nominalização no português. Parece-nos que, sintaticamente, há comportamentos diferentes do inglês, nesses casos. Há necessidade, mesmo, de se efetuar um estudo do comportamento das palavras de "polaridade negativa", como é o caso de *morrer*, *inativo*, *anarquia*, etc; e de expressões de "polaridade negativa", como *"em branca nuvem"*, em sentenças como: *"Quem passa pela vida em branca nuvem..."*

Estudos sobre nominalização, pronominalização, negatização poderão, eventualmente, alterar colocações apresentadas neste trabalho, como também poderão confirmá-las. Ao mesmo tempo, esperamos que este nosso trabalho possa fornecer alguns dados para tais trabalhos, se vierem a ser elaborados.

B I B L I O G R A F I A

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. Gramática Metódica da Língua Portuguesa. 24ª ed. São Paulo, Saraiva, 1973.
- ANDRESEN, Helga. Der Erklärungsgehalt Linguistischer Theorien - Methodologische Analysen zur Generativen Transformationsgrammatik und zur Syntaxtheorie H.J. Heringers als Beispiel einer strukturalistischen Grammatik. München, Max Hueber Verlag, 1974.
- BACH, Emmon & HARMS, Robert T. Universals in Linguistic Theory. New York, Holt, Reinhart and Winston Inc., 1968.
- BARBARA, Leila. Sintaxe Transformacional do Modo Verbal. São Paulo, Ática, 1975.
- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 9ª ed. São Paulo, Editora Nacional, 1964.
- BENDIX, Edward H. Componential Analysis of General Vocabulary. The semantic Structure of a Set of Verbs in English, Hindi, and Japanese. Paris, The Hague, Mouton, 1966.
- BENVENISTE, Émil. Problèmes de Linguistique Générale. Paris, Gallimard, 1974.
- BOUMA, Lowell. The Semantics of the Modal Auxiliaries in Contemporary German. Paris, The Hague, Mouton, 1973.
- CÂMARA, Joaquim Mattoso. Estrutura da Língua Portuguesa. 3ª ed. Petrópolis, Vozes, 1972.
- CHOMSKY, Noam. Syntactic Structures. 9ª ed. Paris, The Hague, Mouton, 1971 (Janua Linguarum, Series Minor, nº 4).
- _____. "A Transformational Approach to Syntax". Em : FODOR, Jerry A. & KATZ, Jerrold J., eds. The Structure of Language - Readings in the Philosophy of Language. New York, Prentice-Hall, Inc., 1964.

- CHOMSKY, Noam. "A Review of B.F. Skinner's Verbal Behavior". Em: FODOR, Jerry A. & KATZ, Jerrold J., eds. The Structure of Language - Readings in the Philosophy of Language. New York, Prentice-Hall, Inc., 1964.
- _____. "Degrees of Grammaticalness". Em: FODOR, Jerry, A. & KATZ, Jerrold J., eds. The Structure of Language - Readings in the Philosophy of Language. New York, Prentice-Hall Inc., 1964.
- _____. Current Issues in Linguistic Theory. 5ª ed. Paris, The Hague, Mouton, 1970. (Janua Linguarum, Series Minor, nº 38).
- _____. Linguística Cartesiana. Petrópolis, Vozes, 1972. Tradução de Francisco M. Guimarães.
- _____. Topics in the Theory of Generative Grammar. 3ª ed. Paris, The Hague, Mouton, 1972 (Janua Linguarum, Series Minor, nº 56).
- _____. Linguagem e Pensamento. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1971. Tradução de Francisco M. Guimarães.
- _____. Aspectos de la Teoria de la Sintaxis. Madrid, Aguilar, 1971. Tradução de C.P. Otero.
- _____. "Deep Structure, Surface Structure, and Semantic Interpretation". Em sua ed. Studies on Semantics in Generative Grammar. Paris, The Hague, Mouton, 1975. (Janua Linguarum, Series Minor, nº 107).
- _____. "Remarks on Nominalization". Em sua eds. Studies on Semantics in Generative Grammar. Paris, The Hague, Mouton, 1975. (Janua Linguarum, Series Minor, nº 107).
- _____. "Some Empirical Issues in the Theory of Transformational Grammar". Em sua eds. Studies on Semantics in Generative Grammar. Paris, The Hague, Mouton, 1975. (Janua Linguarum, Series Minor, nº 107).
- _____. Reflections on Language. New York, Pantheon Books, 1975.

- CHOMSKY, Noam, JAKOBSON, Roman & outros. Novas Perspectivas Linguísticas. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1971.
- CUNHA, Celso. Gramática do Português Contemporâneo. 3ª ed. Belo Horizonte, Bernardo Álvares, 1972.
- DUBOIS-CHARLIER, Françoise. Éléments de linguistique anglaise - la phrase complexe et les nominalisations. Paris, Larousse, 1971.
- DUBOIS, Jean. Grammaire structural du français : la phrase et les transformations. Paris, Larousse, 1969.
- EHRMAN, Madeline. The Meaning of the Modal in Present-Day American English. Paris, The Hague, Mouton, 1966 (Janua Linguarum, Series Practica, nº 45).
- FERNANDES, Francisco. Dicionário de Verbos e Regimes. 4ª ed. Porto Alegre, Globo, 1972.
- FILLMORE, Charles J. "The Case for Case". Em: BACH, Emmon & HARMS, Robert T. eds. Universals in Linguistic Theory. New York, Holt, Reinhart and Winston, Inc., 1968.
- _____. "Types of Lexical Information". Em: STEINBERG, Danny D. & JAKOBOVITS, Leon A. eds. Semantics - An Interdisciplinary Reader in Philosophy Linguistics and Psychology. New York, Cambridge University Press, 1974.
- FODOR, Jerry A. & KATZ, Jerrold J. The Structure of Language - Readings in the Philosophy of Language. New York, Prentice-Hall, Inc., 1964.
- GLEASON, H.A. An Introduction to Descriptive Linguistics. New York, Holt, Reinhart and Winston, Inc., 1961.
- JACKENDOFF, Ray S. Semantic Interpretation in Generative Grammar. Massachusetts, Massachusetts Institute of Technology, 1972. (Studies in Linguistics series, v. 2).

- KATZ, Jerrold J. "Semantic Theory". Em: STEINBERG, Danny D. & JAKOBOVITS, Leon A. eds. Semantics - An Interdisciplinary Reader in Philosophy Linguistics and Psychology. New York, Cambridge University Press, 1974.
- KATZ, Jerrold J. & FODOR, Jerry A. "The Structure of a Semantic Theory". Em ; sua eds. The Structure of Language - Readings in the Philosophy of Language. New York, Prentice-Hall, Inc., 1964.
- KIPARSKY, Paul. "Linguistic Universals and Linguistic Change" . Em: BACH, Emmon & HARMS, Robert T. eds. Universals in Linguistic Theory. New York, Holt, Reinhart and Winston, Inc. 1968.
- KONDER, Rosa Weingold. Proposições para uma Abordagem Semântica dos Modais. Tese de Livre-Docência apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina, Xerox, 1974.
- LAKOFF, George. "On Generative Semantics". Em: STEINBERG, Danny D. & JAKOBOVITS, Leon A., eds. Semantics - An Interdisciplinary Reader in Philosophy Linguistics and Psychology. New York, Cambridge University Press, 1974.
- _____. "Presupposition and relative Well-formedness". Em: STEINBERG, Danny D. & JAKOBOVITS, Leon A. eds. Semantics - An Interdisciplinary Reader in Philosophy Linguistics and Psychology. New York, Cambridge University Press, 1974.
- LANGACKER, Ronald. A Linguagem e sua Estrutura. Alguns Conceitos Lingüísticos Fundamentais. Petrópolis, Vozes, 1972. Tradução de Gilda Maria Corrêa de Azevedo.
- LOBATO, Maria Lúcia Pinheiro. "Os Verbos Auxiliares em Português Contemporâneo - Critérios de Auxiliaridade". Em : Análises Lingüísticas. Petrópolis, Vozes, 1975.
- MACAMBIRA, José Rebouças. A Estrutura Morfo-Sintática do Português - Aplicação do Estruturalismo Lingüístico. 2ª ed. São Paulo, Livraria Pioneira, 1974.

- McCawley, James D. "The Role of Semantics in a Grammar". Em: BACH, Emmon & HARMS, Robert T. eds. Universals in Linguistic Theory. New York, Holt, Reinhart and Winston, Inc., 1968.
- _____. "Where do Noun Phrases Come From?". Em: STEINBERG, Danny D. & JAKOBOVITS, Leon A. eds. Semantics - An Interdisciplinary Reader in Philosophy Linguistics and Psychology. New York, Cambridge University Press, 1974.
- NILSEN, Don Lee Fred. Toward a Semantic Specification of Deep Case. The Hague, Mouton, 1972 (Janua Linguarum, Series Minor, nº 152).
- OTERO, Carlos-Peregrin. Introducción a la Lingüística Transformacional. México, Siglo XXI Editores, 1970.
- PERINI, Mário A. A Gramática Gerativa - Introdução ao Estudo da Sintaxe Portuguesa. Belo Horizonte, Vigília, 1976.
- PETŐFI, János S. Transformationsgrammatiken und eine ko-textuelle Texttheorie - Grundfragen und Konzeptionen. Frankfurt am Main, Athenäum Verlag, 1971.
- PONTES, Eunice. Verbos Auxiliares em Português. Petrópolis, Vozes, 1973.
- QUICOLI, Antônio Carlos. Aspects of Portuguese Complementation. Tese de Doutramento pela University of New York at Buffalo. Xerox, 1972.
- RIBEIRO, Ernesto Carneiro. Serões Grammaticaes. 6ª ed. Salvador, Livraria Progresso, 1955.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique. Gramática Normativa da Língua Portuguesa. 15ª ed. São Paulo, José Olympio, 1972.
- ROSS, John Robert. "Auxiliaries as Main Verbs". Em: TODD, William ed. Studies in Philosophical Linguistics. Series One, 1969.
- RUWET, Nicolas. Introdução à Gramática Gerativa. São Paulo, Perspectiva, 1975. Tradução e Adaptação de Carlos Vogt.

- STEINBERG, Danny D. & JAKOBOVITS, Leon A. Semantics - An Interdisciplinary Reader in Philosophy Linguistics and Psychology. New York, Cambridge University Press, 1974.
- TONDO, Nádia Vellinho. Uma Teoria Integrada da Comunicação Linguística - Introdução à Gramática Transformacional. Porto Alegre, Sulina, 1973.
- TWADDELL, W.F. The English Verb Auxiliaries. 2ª ed. New York, Brown University Press, 1968.
- WEINREICH, Uriel. "Explorations in Semantic Theory". Em : STEINBERG, Danny D. & JAKOBOVITS, Leon A. eds. Semantics - An Interdisciplinary Reader in Philosophy Linguistics and Psychology. New York, Cambridge University Press, 1974.
- WELTE, Werner. Moderne Linguistik : Terminologie/Bibliographie - Ein handbuch und nachschlagewerk auf der basis der generativtransformationellen sprachtheorie. München, Max Hueber Verlag, 1974.

A N E X O I

Sentenças com poder e dever, apresentadas por alunos universitários.

1. Amanhã vocês poderão participar da gincana cultural promovida pelo Getuca.
2. Se tu pudesses trazer o livro, eu agradeceria.
3. Podes entrar na sala, desde que estejas uniformizado.
4. Hoje pudemos fazer um ótimo ensaio de marcha, devido a cooperação dos professores.
5. Não poderei ajudar-te na decoração do clube.
6. Todo o material necessário para o trabalho poderá ser encontrado na biblioteca.
7. João, se eu pudesse cantar durante várias horas por dia, como eu seria feliz.
8. Amanhã não poderei ir ao teatro.
9. Carlos falou que eu poderia sair com seu carro.
10. João e Carlos não poderiam sair hoje, pois estavam de castigo.
11. Ontem eu podia ajudá-lo, hoje não.
12. Nós poderemos brincar amanhã?
13. Podes fazer a pergunta.
14. Maria podia ter falado mais baixo.
15. Eles poderão chegar tarde.
16. Eu poderia auxiliar.
17. Poderei ir ao teatro com Maria quando a peça aqui for apresentada.
18. Como pudeste fazer tal coisa?
19. Posso saber quanto ganhas por mês?
20. Ele pode passar as férias na praia.
21. Nem sempre pode-se fazer aquilo que se gostaria.
22. Posso sentar-me aqui?
23. A lei não pode punir os inocentes.
24. A educação pode oferecer maior compreensão da vida!
25. O trabalho poderia ser válido se fosse feito por você.
26. Não posso falar muito a respeito de política.
27. Pode alguém ter o direito de nos incomodar?
28. As crianças podem sair.
29. Eu poderia sair se tivesse disposição.
30. Ele pôde pedir licença.
31. Ele não saiu porque pode ficar doente.

32. Não posso sair hoje à noite.
33. Posso visitá-la amanhã.
34. Poderias indicar-me o caminho?
35. Podes sair à hora que quiseres.
36. Comprarei o livro para que eu possa continuar a pesquisa.
37. Minha amiga não poderá ministrar a aula.
38. Algo de concreto pode haver nesta fofoca.
39. Sempre poderá haver fé num coração que crê em Deus.
40. Você poderia emprestar-me o livro?
41. Poderíamos dizer: ontem pensávamos em termos de educação consumo; hoje em termos de educação investimento.
42. Eles poderiam compreender meu sofrimento.
43. Eu não pude sair ontem.
44. A lei pode exigir que todos freqüentem a escola, desde que dê condições para tal.
45. Se nós pudéssemos fazer o estágio em nossos próprios colégios seria bem melhor.
46. Eu poderia chegar cedo ao colégio se o ônibus chegasse no horário estabelecido.
47. Todos quantos possam, devem ir à exposição de Ciências, pois é realmente interessante.
48. Caso tu não souberes, podes me perguntar.
49. Ele pôde ficar tranqüilo, pois sabia do caso.
50. Poderíamos viajar hoje, se não houvesse aula.
51. Em toda pesquisa, deverá constar obrigatoriamente a bibliografia.
52. Você deveria ter consultado seu pai.
53. Eu deverei viajar segunda-feira.
54. João deve estar aqui sem falta.
55. O povo deve respeitar as leis.
56. Todos deverão colaborar com os guardas.
57. Ele devia R\$50,00 ao pai.
58. O professor deve-nos uma explicação.
59. Deva ou não, o réu será punido.
60. Eu devo respeitar o próximo.
61. Algumas pessoas devem escutar conselhos.
62. Devemos estar todos presentes na Gincana.
63. Antônio disse que o trabalho deve ser feito.
64. Todo cidadão brasileiro deve se apresentar até os 18 anos.
65. Devo ir ao colégio amanhã.
66. Ele deve cuidar do seu irmão.
67. Não devemos brincar com os sentimentos alheios.

68. Deverás andar sempre limpo.
69. Os alunos deverão comparecer à comemoração uniformizados.
70. Deve-se proporcionar conforto e segurança aos nossos clientes.
71. Deve haver aula.
72. Devíamos ter juízo.
73. Você deve calar.
74. Devo dirigir com cuidado.
75. Deves estudar diariamente.
76. Deverias levantar mais cedo.
77. Não deves te zangar tão facilmente.
78. Devemos respeitar o ponto de vista dos outros.
79. Deve haver alguém que vela por nossos passos.
80. Eu devo estar em casa no horário previsto.
81. Deve-se procurar pelo dono do cachorro.
82. Acontece que deveríamos entregar o trabalho hoje.
83. Ele não veio, devia estar doente.
84. Vocês deveriam estudar mais.
85. Tu deves pagar as dívidas.
86. Eles deveriam chegar hoje.
87. Devemos fazer as pesquisas.
88. Se quisermos que nossos alunos aprendam, deveremos incentivá-los antes.
89. Todos devem estar completamente uniformizados, no desfile!
90. Deveríamos estar preparados para qualquer advertência.
91. Deverei estar em Caçador, na próxima semana.
92. Devo organizar as matérias.
93. Ela deveria estar em casa sempre.
94. Você deverá voltar logo, menina, para que possamos estudar juntas.
95. Deveríamos cuidar de nossa saúde.
96. Ele deve ter uns 45 anos.
97. O doutor já deveria ter chegado.
98. Deveria ter lido o livro até ontem.
99. Domingo deverei ir ao cinema.
100. Muito do que tens, deves a quem ignoras.

A N E X O I I

Verificação da Gramaticalidade ou Agramaticalidade de determinadas sentenças. O informante colocava um (x) diante das sentenças que achasse "erradas"; um (?) diante das sentenças duvidosas. As sentenças que achasse "certas" deixava como estavam. Foi obtido o seguinte resultado.

Sentenças dadas	Cer- tas	Erra- das	duvi- do- sas
1. João pode comigo.	29	2	1
2. João pode tudo	15	11	6
3. João pode comprar comigo.	12	8	11
4. a. Você deve dar o caderno ao menino. . .	31	1	0
b. Você deve dar-lho.	24	6	2
c. Você deve lho-dar.	4	23	5
d. Você lho deve dar.	14	8	9
5. Você lhe pode dar o caderno	10	15	7
6. Você deve-lhe dar o caderno	11	15	6
7. a. Você pode dar o caderno ao menino. . .	32	0	0
b. Você o pode dar ao menino.	18	11	3
c. Você lhe pode dar o caderno.	16	9	8
8. a. Remo me parece ter dado os livros. . .	28	2	2
b. Remo os parece ter dado para mim . . .	6	21	5
9. João pode fazê-lo.	30	1	1
10. João o pode fazer	19	4	9
11. a. Eu quero dar o livro a você.	31	1	0
b. Eu quero dar-lho	20	6	6
c. Eu quero-lho dar	6	16	10
d. Eu lho quero dar	20	6	6
12. a. João quer que Paulo dê o livro a ele .	31	1	0
b. João lho quer que Paulo dê	4	21	7
13. a. Maria não pode vir	31	0	1
b. Maria pode não vir	26	1	5
c. Maria não pode não vir	3	22	7
14. a. Ele vai não parar de falar	7	18	7
b. Ele não vai não parar de falar	10	13	9

Sentenças dadas	Cer- tas	Erra- das	Duvi- do- sas
15. a. Maria deve não vir	18	6	8
b. Maria não deve vir	32	0	0
c. Maria não deve não vir	4	16	12
16. Maria não pensa que João não é culpado.	19	8	4
17. João tem não dormido muito.	8	19	2
18. João não tem não dormido muito.	1	23	6
19. João tinha não levantado quando cheguei	4	20	6
20. João não tinha não levantado quando che- guei	2	20	8
21. Sonhei que ele havia não chegado.	10	12	7
22. Sonhei que ele não havia não chegado.	5	20	5
23. Naquele tempo eu era não nascido.	11	14	5
24. Naquele tempo eu era não nascido.	10	10	10
25. Naquele tempo eu não era não nascido.	3	16	11
26. João é não respeitado por todos	9	16	5
27. João não é não respeitado por todos	8	16	6
28. Ele está dormindo	30	0	0
29. Ele está não dormindo	4	22	4
30. Ele não está não dormindo	4	19	7
31. João não estava entendendo patavina	29	1	0
32. João estava não entendendo patavina	6	14	10
33. João estava entendendo patavina	18	7	5
34. João não crê ter entendido patavina	19	6	5
35. João deve não ter entendido patavina.	20	4	6
36. João não deve ter entendido patavina.	26	2	2
37. João deve ter entendido patavina	23	2	5
38. João não deve não ter entendido patavi- na	4	20	6
39. João não pôde entender patavina	27	3	0
40. Pascoal vai não entender patavina	9	14	7
41. Naquele tempo eu era não nascido.	8	14	8
42. João é não-respeitado por todos	9	13	8
43. João era, não nascido, mas chegado.	15	8	7
44. João pode, não ter lido, mas comprado o livro	21	2	7
45. João deve, não ter lido, mas comprado p livro	20	2	8